



Portal de Periódicos da UNEB  
www.revistas.uneb.br



REVISTA CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS XVI - IRECE

V. 9, N. 1, JAN-DEZ, 2024 | ISSN ELETRÔNICO: 2317-0522

# PÓS-GRADUAÇÃO

DCHT - XVI  
Departamento de Ciências  
Humanas e Tecnologias - Irecê



UNEB  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA



**ESCRAVIZADOS NO LIVRO  
DIDÁTICO: ENTRE IMAGENS E  
CONTEXTOS** | Ariella Barros de Sena<sup>50</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a representação dos escravizados no livro didático de História destinado ao 7º ano do Ensino Fundamental II, observando como as novas abordagens sobre a escravidão negra são trabalhadas, tanto nas imagens quanto nos textos que as acompanham. A análise é conduzida de forma descritiva, com apoio de embasamentos teóricos de autores como Circe Bittencourt (2011), que discute os livros didáticos; Sidney Chalhoub (1990) e Kátia M. de Queirós Mattoso, que abordam a sociedade escravista; Paulo Knauss (2006) e Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2003), que oferecem uma perspectiva crítica no estudo das imagens. Acredita-se que essas análises possam destacar a relevância de um trabalho crítico sobre a representação dos escravizados nos diversos meios de conhecimento, especialmente nos livros didáticos, que desempenham um papel fundamental no processo de construção do aprendizado.

**Palavras-chave:** Escravidão. Imagens. Livro didático. Escravizados.

---

<sup>50</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN), do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT-CAMPUS XVI), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bolsista CAPES. Integrante do projeto “Escravidão, sociedade e economia na vila de Jacobina (séculos XVIII e XIX)”. E-mail: ariellabarro89@gmail.com



## INTRODUÇÃO

Com os trabalhos desenvolvidos pela Nova Historiografia as discussões sobre escravidão vêm sendo revistas e sofrendo significativas alterações. Partindo dos olhares lançados por essa Historiografia Contemporânea, este artigo tem como objetivo perceber como o livro didático de História está trabalhando as novas abordagens na área da escravidão negra, ao apresentar as imagens e os respectivos textos que as acompanham. De tal modo analisei como os negros escravizados foram representados nas imagens presentes nos livros didáticos do 7º ano do Ensino Fundamental II.

O livro didático é um importante suporte pedagógico usado por alunos e professores no processo de construção do conhecimento escolar. É um material que sofre diversas interferências durante seu processo de produção até chegar às escolas e ser utilizado. Sendo, “importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura” (Bittencourt, 2010, p.72), deve ser aproveitado de forma crítica, tanto por professores como por estudantes.

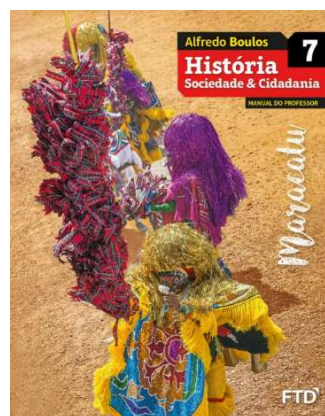
Os livros didáticos abordam vários conteúdos de forma sistemática, transmitindo de tal modo o saber acadêmico para o escolar. Como bem lembrou Circe Bittencourt (2011), “no Brasil, os livros didáticos de história tem sido os mais investigados pelos pesquisadores, e foram igualmente muito comuns análises de conteúdos escolares em uma perspectiva ideológica” (Bittencourt, 2011, p. 304). Compreendendo a importância das imagens como uma forma pedagógica de ensino e aprendizagem, analisei tanto por si só, como de forma contextualizada com os textos e títulos.

Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2003, p. 19) destaca que vários historiadores têm se mostrado preocupados com o uso das imagens, e que “muitos apontam a importância das fontes visuais a partir dos anos 1960, e mesmo antes, fundamentando-se na ampliação da noção já agora consolidada de documento, em História e, portanto, na abertura de novos horizontes documentais”.

Os escravizados como demonstrou Eugene Dominick Genovese, (1988) “lutaram para tornar a vida tolerável e para vive-la com o máximo possível de alegria” (Genovese, 1988, p. 477), não foram seres passivos, pelo contrário, agiram muitas vezes em prol da sua própria liberdade e dos seus. Buscaram estratégias de melhor viver dentro do sistema

escravista, nesse sentido, as críticas feitas por Sidney Chalhoub (1990) às abordagens do "escravo-coisa", também são relevantes para pensar a imagem do negro escravizado nos livros didáticos.

Para tanto, considerei dois livros didáticos de história do 7º ano do Ensino Fundamental II, logo fazendo uma descrição crítica do que encontrei nos capítulos com enfoques voltados para a escravidão. Os livros utilizados foram um da editora Moderna, intitulado *Se liga na história*, 1ª edição, 2022, das autoras Patrícia Ramos Braick<sup>51</sup> e Anna Barreto<sup>52</sup>. E o outro da editora FTD, *História sociedade e cidadania*, 4ª edição, 2018, de Alfredo Boulos Júnior<sup>53</sup>. Ambos são exemplares do manual do professor:



Considerei dois capítulos de cada livro, os quais apresentaram mais informações relevantes para a pesquisa. As imagens de negros trabalhadas neste artigo, estão dentro do contexto entre meados do século XVI e século XIX.

## 1. Análise da representação do escravizado no livro didático

<sup>51</sup> “Patrícia Ramos Braick Mestre em História (área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Foi professora do ensino básico por mais de 20 anos em Belo Horizonte (MG)”. BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Se liga na história*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

<sup>52</sup> “Anna Barreto Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo (USP-SP). Atuou como professora do ensino básico por mais de 30 anos em São Paulo (SP)”. BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Se liga na história*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

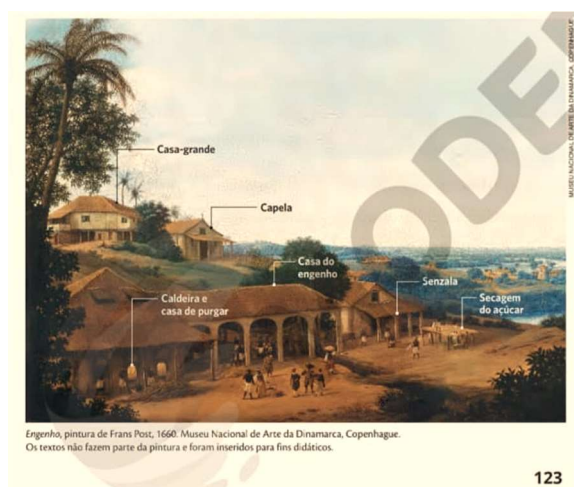
<sup>53</sup> “Alfredo Boulos Júnior Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo”. BOULOS, Junior Alfredo. *História sociedade e cidadania*. 4ª ed. São Paulo: FTD, 2018.

O uso das imagens nos livros didáticos permite aos estudantes uma aprendizagem didática, com possibilidades para diferentes interpretações e reflexões, mas “o olhar precisa ser preparado para ver e analisar as imagens” (Knauss, 2006. p.113). Como observou Paulo Knauss (2006), “a imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais ao ultrapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido humano da visão” (Knauss, 2006. p.113). Assim as diversas figuras distribuídas nos livros didáticos desempenham um papel socializador, onde professores e estudantes podem questionar e extrair informações para além dos textos dispostos no livro.

### 1.1 Livro didático “Se liga na história”

O primeiro livro didático analisado foi o da editora Moderna, intitulado *Se liga na história*, das autoras Patrícia Braick e Anna Barreto, sendo usado apenas o capítulo 7, *Nordeste açucareiro*, e o capítulo 8, *Sociedade escravista e cultura afro-brasileira*. Inicialmente é interessante destacar que as imagens foram apresentadas com uma legenda, contendo por exemplo informações sobre produção, título e até breve comentário descritivo.

A primeira imagem em que os escravizados apareceram com nitidez, está na página 123, é uma pintura de Frans Post, feita em 1660, intitulada *Engenho*. Nela os cativos foram representados no seu cotidiano de trabalho nas atividades do engenho.



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 123.

Como é possível perceber, são bem mais de uma dezena de escravizados, na sua maioria homens seminus. Há ainda a presença de uma outra pessoa, a única a usar chapéu, certamente um feitor responsável pela ordem e desenvolvimento dos trabalhos. As descrições pré-imagem são feitas a respeito do engenho, só depois quando se voltam para o senhor e seu poderio os cativos são mencionados. Portanto, eles são parte complementar da ilustração, pois o enfoque foi para o engenho de açúcar, não tendo, portanto, o objetivo de demonstra-los.

Na página 125, uma segunda figura é inserida, retratando o cuidado em manter a fornalha sempre acesa. Na legenda a seguinte descrição chama atenção: “expostos ao calor insuportável das fornalhas e caldeiras, os negros corriam sério risco de sofrer queimaduras”. A descrição destaca o perigo sofrido por escravizados ao desenvolver as atividades nas caldeiras e fornalhas, no entanto a abordagem textual da qual a imagem faz parte, tem como foco descrever as funções e os trabalhadores do engenho, não citando suas condições precárias.



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 125.

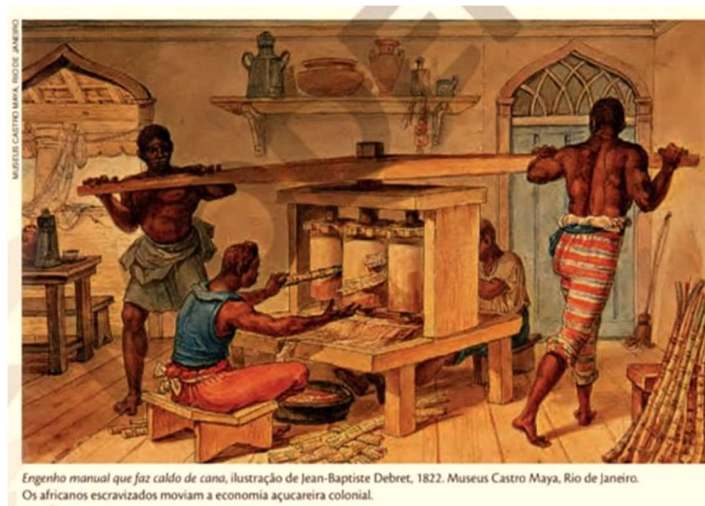
Assim como na primeira, os escravizados estão trabalhando, porém, nesta cena, há um grupo menor envolvido na tarefa da fornalha. Os cativos são retratados de forma mais próxima, o que facilita a observação do mesmo padrão de vestimentas que aparece na cena anterior, além de usarem turbantes, um indicativo de costume africano.

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discentis/index>  
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522



Semelhante à outra representação, um deles se destaca pelo uso de chapéu, o que sugere que ele possa ser um mestre de açúcar.

A terceira imagem do capítulo também segue o padrão das anteriores, registra os negros exercendo trabalho, entretanto estão em um engenho manual produzindo caldo de cana-de-açúcar:

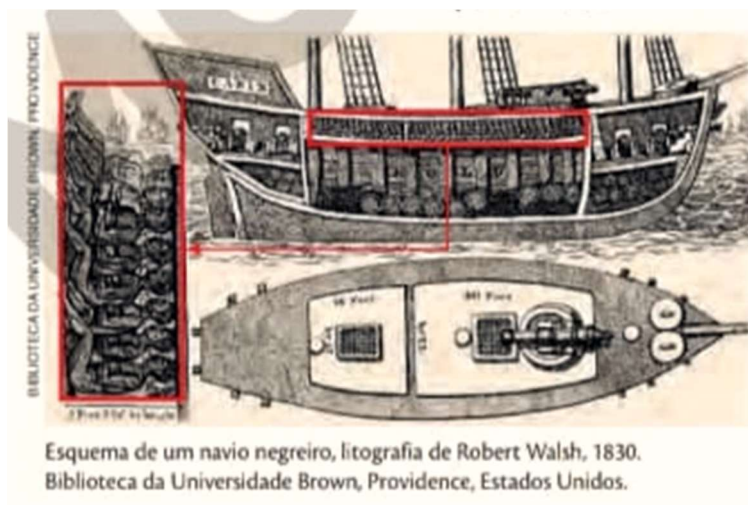


Engenho manual que faz caldo de cana, ilustração de Jean-Baptiste Debret, 1822. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro. Os africanos escravizados moviam a economia açucareira colonial.

Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 126.

Como é perceptível, trata-se de uma figura bem colorida na qual foram exibidos quatro escravizados com corpos musculosos e parcialmente nus, sendo possível visualizar as expressões faciais de dois que demonstram tranquilidade. Na descrição, eles foram ressaltados como importantes peças para a movimentação econômica na Colônia, essa argumentação está coerente, pois hoje as novas pesquisas historiográficas vêm discutindo tal relevância.

No capítulo 8, há uma litografia, na qual é demonstrada um esquema de navio negreiro, como podemos observar a seguir:



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 138.

A seção do navio onde eram transportados os africanos foi ampliada, permitindo uma visualização mais detalhada das condições reais em que foram conduzidos durante o tráfico transatlântico. Eles estão nus e dispostos em fileiras, o que evidencia o tratamento desumano a que foram submetidos.

Na página 139 é apresentado um espaço onde negociavam e adquiriam cativos. Também há um enfoque textual que gira em torno da mão de obra escrava ser usada por diferentes grupos sociais, como os “grandes proprietários de terras, religiosos, pequenos produtores, pessoas livres pobres e até alforriados” (Braick; Barreto, 2022, p.139). Deste modo, enfoque e imagem se complementam evidenciando o processo de negociação para aquisição de escravizados.



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 139.



Como se observa, na pintura as crianças e adultos aparecem enrolados em tecido branco, apresentam semblantes assustados, estão descalços, e são analisados por homens brancos e bem vestidos, são eles compradores ou negociantes. No lado direito, em segundo plano, dois negros em seu cotidiano carregam uma rede. Situações como essas eram corriqueiras durante o período de vigência da escravidão brasileira.

A gravura *Escravas negras de diferentes nações* que está na lauda 140, apresenta várias mulheres. O objetivo foi estimular a percepção das diferentes etnias:



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 140.

É importante ressaltar que o subtítulo da discussão em que esta imagem está inserida é *O cotidiano dos negros escravizados*, mas as informações abordam principalmente o trabalho, a alimentação e as vestimentas fornecidas pelos senhores. Nesse sentido, a gravura não se alinha com a discussão proposta, já que o texto não trata das diferentes etnias africanas. Além disso, as roupas usadas pelas escravizadas não refletem o vestuário cotidiano delas, pois foram representadas de maneira bem vestida e ornamentada. Esse tipo de vestimenta era comum entre as cativas que acompanhavam seus senhores nas ruas ou entre as mulheres negras libertas, que usavam tais adornos para demonstrar uma posição social superior.

Na página 141, há uma discussão com aspectos da Nova Historiografia, tratando da formação da família escrava e do parentesco espiritual, estabelecido por meio do apadrinhamento, embora sem se aprofundar no tema. Como lembra Luciano Costa Gomes (2013), “Mesmo que a criação da família pudesse favorecer a dominação senhorial, as

redes entre cativos serviam como um verdadeiro capital relacional no processo de (re) definição dos limites entre os interesses senhoriais e os dos próprios cativos” (Gomes 2013, p.19).

Nesse sentido, a imagem a seguir intitulada *Casamento de negros pertencentes a uma família rica*, pintada pelo artista Jean-Baptiste Debret em 1826, é condizente com o enfoque textual apresentado.



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 141.

A pintura retrata um casamento entre negros, no qual todos estão bem vestidos e calçados: os homens seguram seus chapéus e as moças estão com lindos vestidos e joias. No entanto, será que a maioria dos negros se vestia assim em seu casamento? Certamente não. Além disso, é importante destacar que a constituição e a permanência da família escrava enfrentavam diversas dificuldades. Segundo Moacir Rodrigo de Castro Maia (2016)

Os estudos recentes sobre a escravidão americana, em particular no Brasil, têm destacado a necessidade da criação de parentesco, adaptando-os às condições do cativo. Os vários padrões familiares encontrados evidenciaram a agência escrava na constituição de suas famílias, os dilemas sofridos para a manutenção, as negociações empreendidas com o senhor, no mundo, nem sempre estável, do cativo. Condicionantes externos e internos não faltaram: proibições senhoriais, casamentos forçados, vendas de parceiros, fragmentação da família em disputas e repartições de herança (Maia, 2016, p. 44).

Alguns desses aspectos citados no fragmento acima, foram observados no texto que acompanha a imagem. Isso demonstra que as novas discussões historiográficas estão sendo inseridas aos textos dos livros didáticos, mesmo ainda não sendo satisfatórias.

Ao discorrer a respeito da resistência cativa, as autoras do livro didático, trazem a pintura *Detalhe de Fuga de escravos*, de François Auguste Biard:



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 142.

Um grupo de escravizados fugindo, com semblantes assustados, as crianças são puxadas pelo braço como para andar rápido, duas mulheres estão com trouxas na cabeça, indicando a possibilidade de ter sido uma fuga planejada, possivelmente é um grupo familiar. “Dentre as várias formas de resistência escrava, a fuga e o aquilombamento constituíam, talvez, as mais radicais” (Lara, 1988, p,237), muitas vezes tendo como objetivo conseguir melhorias na alimentação, vestimenta e até evitar certos castigos. Na legenda, há a afirmação que “a fuga era uma das formas mais comuns de resistência à escravidão”, realmente é um exemplo importante, mas há outras formas de resistência que poderiam ter sido citadas na abordagem textual.

A pintura, *Mãe preta* de Lucílio de Albuquerque, acompanha um texto complementar que discute o papel das amas de leite na sociedade escravista:





Mãe preta, pintura de Lucílio de Albuquerque, 1912.  
Museu de Arte da Bahia, Salvador.

Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 145.

A pintura retrata uma escravizada sentada no chão, amamentando um bebê branco, enquanto olha, com semblante triste, para seu filho deitado no chão, provavelmente também necessitando de cuidados. Nem todas as amas de leite puderam ficar com seus próprios filhos; muitas precisaram deixá-los com outras cativas ou foram forçadas a entregá-los para adoção.

A última imagem analisada, apareceu na atividade do final do capítulo, é na verdade uma gravura de *Johann Moritz Rugendas*, produzida em 1835, com o título *Detalhe de Jogo de capoeira ou dança de guerra*.

3. Observe a gravura e responda às questões.



Detalhe de *Jogo de capoeira ou dança de guerra*, gravura de Johann Moritz Rugendas, 1835. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo.

Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 147.

Na gravura, os escravizados são retratados em um momento de lazer e sociabilidade, participando de uma roda de capoeira, onde alguns jogam e tocam instrumentos, enquanto outros assistem à diversão. Destaca-se também uma mulher com uma cesta na cabeça, provavelmente passando pelo local enquanto vendia frutas. Em um segundo plano, uma outra está cozinhando e oferecendo comida a um negro. Esta gravura poderia ter sido inserida ao longo do capítulo, acompanhada de um texto reflexivo, pois ela ilustra que, apesar das adversidades, os cativos também vivenciaram momentos de sociabilidade, interação e trocas culturais.

## 1.2 Livro didático “História sociedade e cidadania”

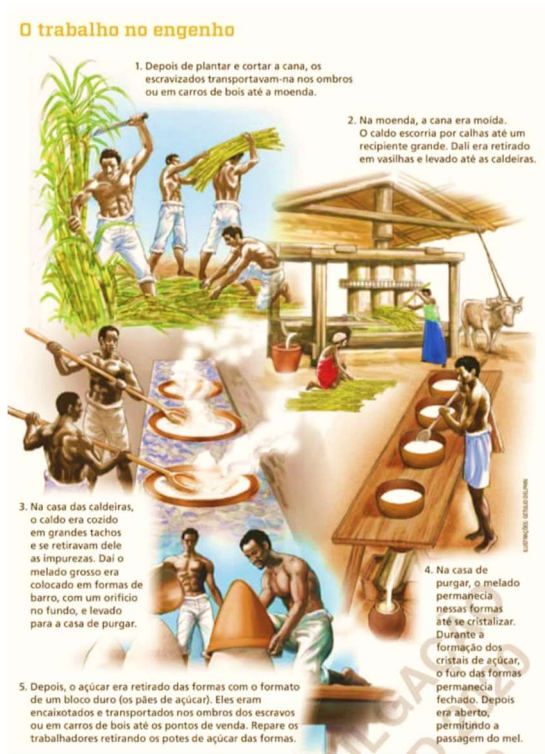
O segundo livro didático analisado foi *História, Sociedade e Cidadania*, da Editora FTD, escrito por Alfredo Boulos Júnior. Foram estudados os capítulos 9, *América Portuguesa: Colonização*, e 10, *Africanos no Brasil*. Assim como no outro livro, neste, a primeira imagem em que os escravizados aparecem é uma representação do engenho.



Fonte: Boulos, 2018, p. 166.

Vista de cima, a ilustração revela toda a divisão do engenho e algumas das atividades sendo realizadas. Homens e mulheres aparecem vestidos com roupas brancas,

sendo que vários homens estão seminus. Logo em seguida, uma outra imagem complementa essa primeira:



Fonte: Boulos, 2018, p. 167.

São demonstradas cinco etapas da produção do açúcar, sendo elas a retirada da cana dos canaviais, trituração na moenda, cozimento na casa das caldeiras, cristalização na casa de purgar e a etapa de desenformar. Os escravizados são na maioria homens, representados seminus e musculosos, fazendo o trabalho mais pesado, apenas duas mulheres foram apresentadas, e estão visivelmente desenvolvendo afazeres mais leve, suas roupas diferentes das masculinas, são em tons vermelho, azul e verde.

*Ao falar de economia colonial, duas imagens foram inseridas, uma Transporte de carne de corte de Jean-Baptiste Debret e outra Venda no Recife de Rugendas. Na primeira, dois homens conduzem um carro de boi carregado de carne, estão vestidos com roupas coloridas, usando uma espécie de lenço e descalços, enquanto em segundo plano, outros dois carregam nas costas uma parte grande de carne. Essa cena demonstra o abastecimento das vilas e cidades, dependentes da mão de obra cativa.*





Fonte: Boulos, 2018, p. 169.

*Na segunda, há na frente de um armazém a presença de vários escravizados, entre eles majoritariamente mulheres, duas inclusive é possível constatar carregando cestas na cabeça. Podemos supor que as negras poderiam estar tanto vendendo suas mercadorias, como também fazendo compra para a casa senhorial. Ainda se percebe outras pessoas pela rua, próximo ao armazém, desenvolvendo suas atividades diárias. A legenda destaca de forma acertada que “novos estudos informam que na colônia havia um intenso comércio interno, como sugere a imagem desse armazém de secos e molhados. Venda no Recife, obra de Rugendas” (Boulos, 2018, p.170).*



Fonte: Boulos, 2018, p. 170.

Já na página 173, há mais uma vez a reprodução do engenho de açúcar:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discntis/index>  
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522



Fonte: Boulos, 2018, p. 173.

*Nesta imagem nota-se novamente a moenda, onde moíam a cana, e as caldeiras sendo alimentadas por dois escravizados. Além dos homens, duas mulheres também aparecem na cena desenvolvendo trabalho no espaço.*

Na sociedade do século XIX a fotografia era uma das formas de mostrar-se numa posição melhor e “civilizada”, como observa Sandra Sofia Machado Koutsoukos (2010) “deveriam, portanto, o ex-cativo e o negro nascido livre, tentar construir a sua imagem, a princípio, a partir de códigos de representação e comportamento tomados inicialmente ‘emprestados’ dos ditos brancos da sociedade” (Koutsoukos 2010, p.83). Pensando nesses aspectos analisei a fotografia que está na página 181.



Fonte: Boulos, 2018, p. 181.

Trata-se da foto de uma negra tirada no estúdio em 1866 pelo fotógrafo Christiano Junior, segundo a legenda, filha de africanos da Costa da Mina. Ela está bem vestida, usa pulseiras, turbante e um xale, provavelmente uma liberta ou mesmo uma cativa. Além disso posou com uma cesta na cabeça, indicando que poderia ser uma vendedora de algum produto. Segundo Koutsoukos (2010),

O tema do trabalho era outro indício de escravidão (ou de pobreza) e foi a maior constante nesse tipo de foto, pois fazia parte do dia-a-dia da própria escravidão, mostrava o lugar da pessoa; porém, a encenação do trabalho, da ocupação, ao mesmo tempo em que mostrava o lugar da pessoa na sociedade, indicava o grau de civilidade daquele indivíduo e exaltava a sua dignidade (Koutsoukos, 2010, p. 109).

Este tipo de fotografia poderia ter duas finalidades, quando não tiradas para os próprios indivíduos fotografados. A primeira, para serem vendidas aos europeus como souvenir, e a segunda para apoiar as teorias racistas e as pesquisas científicas do período. Isso ocorria, pois, os escravizados africanos eram vistos como seres exóticos, despertando nos europeus curiosidades diversas, chamados de “typos de pretos” (Koutsoukos, 2010).

Na página 183, uma mulher e um homem são representados isoladamente, agora em perfil, sendo possível verificar bem mais detalhes.



Fonte: Boulos, 2018, p. 183.

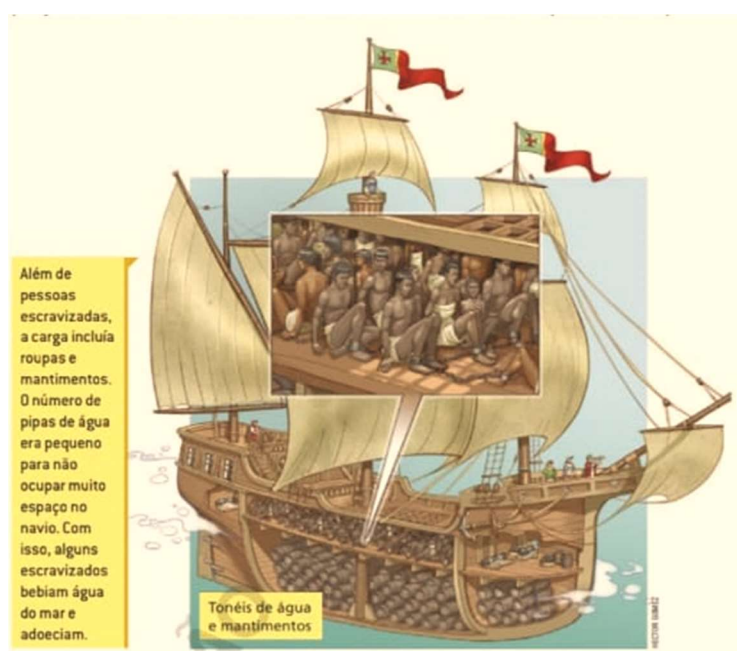


Essas imagens foram inseridas juntamente com uma abordagem textual sobre os africanos serem chamados no Brasil pelo nome do porto de onde embarcaram. No entanto, elas fariam mais sentido se a discussão estivesse voltada para as diferentes etnias às quais esses africanos pertenciam. A respeito dessa questão do nome, Silvia Hunold Lara (1988) lembra que

A identificação de um escravo era feita por três características básicas: seu nome cristão, sua origem (ou “nação”) e seu senhor. Algumas vezes, mesmo quando vendidos a outra pessoa ou até mesmo quando libertos, eram identificados como tendo sido escravos deste ou daquele senhor (Lara, 1988, p. 204).

Nesse sentido, os nomes originais dos africanos foram desconsiderados. Essa estratégia dos europeus consistia numa tentativa de retirar suas características culturais e obrigá-los a aderir os padrões que lhes eram apresentados.

Na página 184, ao discutir sobre os navios negreiros, há uma imagem em que africanos estão sentados, quase nus, acorrentados e amontoados em um espaço restrito. Além de homens, há mulheres e crianças, e algumas pessoas apresentam uma tonalidade de pele mais clara. O que chama a atenção nessa, é a representação dos negros com cabelos mais próximos dos indígenas do que dos próprios africanos.



Fonte: Boulos, 2018, p. 184.

Já o texto destaca as dificuldades que os africanos sofriam na viagem, inclusive muitos, na figura, estão aparentemente cabisbaixos. A discussão estaria mais completa se houvesse acrescentado sobre a criação de vínculos que muitos construía ao longo do traslado, e que dependendo do destino final poderiam viver uma rede de solidariedade. Como destacou Kátia M. de Queirós Mattoso (2001),

Durante todos esses dias de cativeiros angustiantes, o homem deve ter feito laços de amizade, mesmo tímidos, com os companheiros de infortúnio. Se a caso um camarada de depósito ou de viagem é reencontrado na mina ou na plantação, ou ainda no mesmo centro urbano, estabelecem-se vínculos sólidos, amizade que representa para o escravo o primeiro passo numa forma de inserção social, por tênue que seja. Chamam-se “malembos” a esses amigos das primeiras horas de cativo, amizade que gera solidariedade verdadeira implica em severas obrigações de ajuda mútua (Mattoso, 2001. p. 100).

Portanto, durante a viagem para o Novo Mundo, muitos africanos construíram laços de amizade que se fortaleceram quando seu destino final coincidiu. Puderam inclusive partilhar ações de solidariedade uns com os outros, bem como contribuir na adaptação e sobrevivência na nova sociedade.

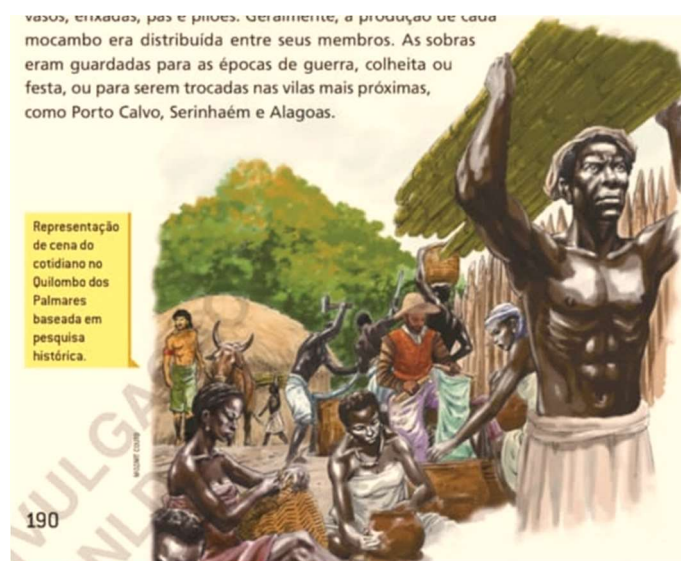
Na pintura da página 185, aparece um grupo de seis negros desenvolvendo seus trabalhos habituais:



Fonte: Boulos, 2018, p. 185.

É a pintura *Negros transportando carvão e negras vendendo milho*, na qual há dois homens carregando carvão, uma mulher com trouxa na cabeça, outra vendendo milho, e uma criança segurando no colo um bebê nu. Todos estão completamente vestidos com roupas coloridas, mas descalços. É interessante atentar-se para uma parte da legenda que tenta destacar a veracidade do que está sendo exibido, ao dizer: “note que é uma representação feita por um pintor que viveu no século XIX sobre o que ele viu em sua volta”, o pintor foi o conhecido Jean-Baptiste Debret. Caberia aqui inclusive, refletir a propósito do olhar do colonizador, a subjetividade do pintor e tantos outros aspectos possíveis de análises.

Uma outra imagem, inserida na página 190, representa negros no quilombo desenvolvendo atividades cotidianas:



Fonte: Boulos, 2018, p. 190.

Os corpos foram representados bem definidos demonstrando suas forças trabalhistas, e as expressões estão concentradas nas atividades. Enquanto as mulheres fazem cestos e vasos de barro, os homens desenvolvem atividades mais pesadas, como carregar feixes de cana de açúcar e cestos. Ainda há a presença de um homem branco e um outro aparentemente indígena, provavelmente a intenção tenha sido de ressaltar a



presença dos diferentes indivíduos habitantes dos quilombos, reafirmando de tal modo o que foi descrito no texto.

A última imagem do capítulo é a de Henry Chamberlain e John Clarke, inserida numa atividade.



Fonte: Boulos, 2018, p. 196.

Na Gravura, os negros estão na cidade ou vila, vendendo diferentes mercadorias. Homens e mulheres ocupam o mesmo espaço, negociando produtos. Todos estão completamente vestidos, embora descalços, e três das mulheres usam joias nos pescoços. Essas atividades lhes permitiam vestir-se melhor e ter mais liberdade de sociabilidade, tanto com pessoas de status social similar quanto superior.

## 2. Breves reflexões

Em ambos os livros, não foram encontradas imagens de negros sendo castigados, embora as discussões textuais abordem reflexões sobre os castigos aplicados pelos senhores e as estratégias dos cativos para evitá-los. Essas cenas, comuns em livros didáticos mais antigos, frequentemente retratavam o negro em um tronco, sendo açoitado.

Observei uma diferença no modo de vestir entre os escravizados da cidade e do campo, enquanto os do campo foram mais ilustrados seminus, os da cidade na sua maioria, estiveram com roupas cobrindo seus corpos por inteiros. Isso talvez fique justificável nas palavras de Isabela Cristina Suguimatsu:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discentis/index>  
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

Vestir os escravos também tinha o objetivo de defender a decência contra os pecados da nudez. Ao cobrirem seus corpos à moda europeia, a moral cristã era não somente ensinada, mas incorporada. Pela roupa, inseriam-se no universo europeu, em seus costumes e em suas visões de mundo. No entanto, sob os panos da moral, havia implicitamente o esforço de controlar, de outra maneira, as vontades, os gostos e as liberdades. Na tentativa de solapar as identidades e diferenças anteriores ao cativo, as roupas usadas pelos escravos refletiam em grande medida as escolhas de seus próprios senhores: os tecidos grosseiros reafirmavam as diferenças sociais e reificavam a “desumanidade” de seus escravos – não por acaso deveriam andar descalços (Sugimatsu, 2016, p. 53).

Além disso, os que residiam na cidade tinham maior facilidade em conseguir mais e melhores vestimentas, principalmente por conta de suas atividades desenvolvidas muitas vezes nas ruas, e por causa da necessidade de adequação ao padrão da sociedade na qual estavam inseridos. Constatei também a predominância da tonalidade branca para as roupas dos cativos que desenvolveram trabalhos nos engenhos. Esse tipo de tecido significava menos gastos para os senhores, por serem feitas de um material mais grosseiro, de baixo custo e mais durável.

No livro didático *História, sociedade e cidadania* aparece o termo escravo e escravizado, sendo mais frequente este último, já o outro livro, *Se liga na história*, usou somente escravizado. A respeito do uso de tais termos, Elizabeth Harkot-de-La-Taille e Adriano Rodrigues dos Santos destacam que,

Enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores (Taille; Santos, 2012, p. 8-9).

Logo, levando em consideração tais informações e as análises, é possível afirmar que os livros didáticos vêm acompanhando as pesquisas mais recentes, e sofrendo alterações tanto nos enfoques propostos como no uso dos termos.

Uma outra reflexão importante é o uso ilustrativo das imagens. Sobre isso as observações feitas por Ulpiano de Meneses (2003) com base em suas críticas a respeito de trabalhos historiográficos, cabem perfeitamente nessa discussão.

Exemplo altamente sintomático da persistência dessa inclinação para usos ilustrativos da imagem são estudos de altíssima qualidade e ornados de farta e bela documentação visual, às vezes até em grande parte inédita, e que dizem respeito à história do cotidiano, da vida doméstica, das relações de gênero, das crianças, etc. As imagens, contudo, não têm relação documental com o texto, no qual nada de essencial deriva da análise dessas fontes visuais; ao contrário, muitas vezes algumas delas poderiam mesmo contestar o que vem dito e escrito ou, ao menos, obrigar a certas recalibrações. O pior, entretanto, é contemplar o desperdício de um generoso potencial documental (Meneses, 2003, p. 21).

Nesse sentido, nota-se que as imagens em ambos os livros diversas vezes não foram problematizadas e em alguns casos nem fizeram relação direta com o texto, tão pouco foram ponto departida para as discussões a serem travadas em aula.

Vale ressaltar que, embora este trabalho não tenha a intenção de analisar as informações direcionadas aos professores, uma vez que ambos os livros são manuais do docente, seria impossível ignorá-las. Percebi, assim, que muitos dados estão concentrados no texto destinado ao professor, quando poderiam ser igualmente disponibilizados para o estudante. Os textos voltados ao estudante, por vezes, apresentam informações vagas e descontextualizadas em relação às imagens, o que compromete a compreensão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens dos escravizados presentes nos livros didáticos ainda carregam vestígios de uma historiografia antiga, marcada pela visão do colonizador. A trajetória de vida dos cativos é reduzida ao trabalho doméstico, e às atividades nos engenhos e quilombos. As vivências culturais e religiosas, no entanto, não são representadas nas imagens, aparecendo de forma mínima nos enfoques textuais.

Embora, por outro lado, sejam notáveis os avanços na perspectiva da Historiografia Contemporânea, esses progressos se refletem muito mais nas abordagens



textuais do que nas imagens. Nesse sentido, as análises mostraram que as perspectivas atuais estão tratando os escravizados como indivíduos que atuavam e desenvolviam atividades fundamentais para a sociedade.

Em suma, ao considerar os dois livros analisados, constatou-se que o uso das imagens nos livros didáticos ainda cumpre, de certa forma, uma função ilustrativa. Assim, é necessário repensar a forma como essas imagens estão sendo inseridas e problematizadas. Apesar de ter ocorrido avanços significativos nas discussões apresentadas, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. Livro didático entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático: um objeto cultural complexo. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOULOS, Junior Alfredo. **História sociedade e cidadania**. 4ª ed. São Paulo: FTD, 2018.

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Se liga na história**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: São Paulo; Companhia das Letras, 1990.

GENOVESE, Eugene Dominick. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOMES, Luciano Costa. Compadrio e apadrinhamento de escravos em porto alegre, 1772 – 1800. **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2013.

KNAUSS, Paulo. “O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual”. In **ArtCultura**, 8(12), 2006.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no Estúdio do Fotógrafo: Brasil, Segunda Metade do Século XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. A porta de entrada dos africanos na América Portuguesa: batismo e escravidão. In: REIS, Isabel Cristina Ferreira dos; ROCHA, Solange Pereira da. (Orgs.). **Diáspora africana nas Américas**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p.36-54.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.
- SCARANO, Julita. Roupas de Escravos e de Forros. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 51–61, 2006.
- SOUZA, Patricia March de. **Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2011.
- SUGUIMATSU, Isabela Cristina. **Atrás dos panos: vestuário, ornamentos e identidades escravas: Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes, século XIX**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2016.
- TAILLE, Elizabeth Harkot-de-La; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. **III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE**. Campinas, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 1-13, 2012.

## OLHAR HISTÓRICO-SOCIAL SOBRE XIQUE-XIQUE/BA, SÉCULOS XIX - XX: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E RESILIÊNCIA NO SERTÃO BAIANO

Verlaneyde Maniçoba de Sá Koch<sup>54</sup>

### RESUMO

Este estudo investiga a trajetória histórica de Xique-Xique, no sertão baiano, durante os séculos XIX e início do XX, destacando as interações entre o ambiente natural, as dinâmicas sociais e as transformações políticas que moldaram a região. A proximidade com o rio São Francisco foi determinante para a ocupação e o desenvolvimento local, sustentando atividades econômicas como a pesca, a agricultura e a pecuária. No entanto, desafios como as secas recorrentes, o isolamento geográfico e os intensos conflitos políticos influenciaram profundamente o cotidiano da população. A pesquisa destaca o impacto do coronelismo, que consolidou redes de poder político, econômico e social, e os reflexos das disputas territoriais e dos ciclos migratórios na demografia e na cultura local. Com base em fontes documentais e relatos memorialísticos, o trabalho revela como a comunidade de Xique-Xique enfrentou adversidades por meio de estratégias de sobrevivência e práticas culturais resilientes. Ao resgatar a memória coletiva e analisar os processos históricos e sociais, o estudo amplia a compreensão sobre a singularidade do sertão baiano e os desafios vividos por seus habitantes. Este trabalho contribui para o entendimento das conexões entre natureza, sociedade e política na construção da identidade regional de Xique-Xique, destacando sua relevância no contexto do semiárido nordestino.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Social. Sertão Baiano. Memória Coletiva.

### ABSTRACT

This study investigates the historical trajectory of Xique-Xique, located in the hinterlands of Bahia, during the 19th and early 20th centuries, highlighting the interactions between the natural environment, social dynamics, and political transformations that shaped the region. The proximity to the São Francisco River was crucial for local settlement and development, sustaining economic activities such as fishing, agriculture, and livestock farming. However, challenges such as recurrent droughts, geographical isolation, and intense political conflicts profoundly impacted the daily lives of the population. The research emphasizes the influence of *coronelismo*, which consolidated networks of political, economic, and social power, and examines the effects of territorial disputes and migratory cycles on local demography and culture. Drawing from documentary sources and memorialist accounts, this work reveals how the Xique-Xique community faced adversity through survival strategies and resilient cultural practices. By recovering collective memory and analyzing historical and social processes, the study enhances the understanding of the uniqueness of the Bahian hinterlands and the challenges experienced by its inhabitants. This work contributes to understanding the connections between nature, society, and politics in constructing Xique-Xique's regional identity, highlighting its relevance within the context of Brazil's semi-arid Northeast.

**KEYWORDS:** Social History. Bahian Hinterlands. Collective Memory.

<sup>54</sup> Mestre em História (PPGEAFIN/UNEB). E-mail: verlaneydekoch@hotmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7110503189829622>; ID ORCID:(<https://orcid.org/0000-0002-2321-607X>);



## 1. INTRODUÇÃO

Conhecer fatores como a origem, a localização geográfica e o tamanho populacional é crucial para o estudo de qualquer região. É igualmente fundamental considerar as funções iniciais desempenhadas no espaço, bem como as interações que delas resultaram. Essas interações envolvem a troca de pessoas, mercadorias, capitais e informações entre as localidades (Corrêa, 2000). A vila Tiririca é, pois, o cenário desse estudo. O lugar que também representa outros espaços deste grande sertão do médio São Francisco.

No centro desta análise, está a categoria “sertão” e suas representações. É fundamental definir e explorar essa categoria para contextualizar o ambiente da vila Tiririca, contribuindo para uma compreensão da base geográfica e ambiental da comunidade. Além disso, analisar as representações do sertão nos permite destacar sua verdadeira condição ambiental e histórica na formação da identidade local e das comunidades circunvizinhas.

Entender o sertão da vila Tiririca nos possibilita compreender os desafios que moldaram a vida cotidiana dos moradores ao longo da história, contribuindo para a conscientização sobre questões contemporâneas e para a busca de soluções. Somando a isso, enriquece nossa compreensão das dinâmicas do sertão e seu impacto na sociedade local.

Iniciamos este tópico abordando a complexidade da expressão “sertão baiano”, destacando sua importância como parte da história e da cultura do Brasil. A categoria “sertão” é fundamental para a contextualização da vila Tiririca e de sua identidade única, e a pesquisa será um passo significativo para a compreensão mais profunda deste território multifacetado.

## SERTÃO NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO: DEFINIÇÕES E REPRESENTAÇÕES

A diversidade de termos usados para descrever o espaço é uma característica comum no campo geográfico. Palavras como “lugar”, “região”, “território”, “área” e “extensão de terra” são frequentemente entrelaçadas no discurso acadêmico e na sua compreensão. Essa variedade de termos não é apenas o resultado da influência de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento que abordam a categoria, mas também reflete a natureza dinâmica e a constante evolução do próprio espaço<sup>55</sup>.

O dinamismo do espaço e suas formas de representação resultam em novos significados para essas categorias, devido à sua própria evolução e ao desenvolvimento das perspectivas teóricas. Isso implica que a compreensão do espaço está em constante transformação e redefinição, observa Melo (2019).

É fundamental notar que não estamos buscando uma definição precisa para cada um desses termos, mas sim reconhecendo que as categorias de análise do espaço são fluidas

---

<sup>55</sup> André Carneiro Melo em: *Biodiversidade: Narrativas, diálogos e entrelaçamento de saberes da comunidade/escola em um território quilombola do Semiárido Baiano* (2019).

e estão intimamente ligadas a abordagens teóricas que se interconectam. Assim, este estudo aborda esses conceitos e dá uma atenção mais precisa à categoria “sertão” por se tratar de uma palavra-chave desta pesquisa.

Uma concepção amplamente difundida é a de que o sertão brasileiro representa o oposto extremo do litoral.<sup>56</sup> No entanto, essa polaridade frequentemente carrega consigo uma visão pejorativa das áreas sertanejas, que são muitas vezes consideradas inferiores em comparação com o litoral.

Silva (2019) questiona a visão predominante da população brasileira sobre o Sertão Baiano que o vê como uma região caracterizada apenas por galhos secos, cactos e pessoas magras com rostos queimados pelo sol. Há quem diga que as pessoas dessa região vivem em constante busca por comida, emprego e ajuda governamental, mesmo que mínima. Tal entendimento estereotipado ainda percorre o imaginário social brasileiro, mesmo com a tecnologia e a informação mais acessível à população.

Em algumas representações, o sertão é associado à história do cangaço, uma característica social e cultural do Nordeste do Brasil marcada por banditismo e confrontos com grupos de cangaceiros. O cangaço é frequentemente retratado como parte da história do sertão e contribui para a imagem de uma região violenta (Jesus, 2006).

A história da ocupação e exploração do sertão baiano é rica e complexa, com significados diversos e debates acadêmicos. É fundamental entender que o sertão não se limita a uma definição geográfica restrita. É um espaço de riqueza cultural e intelectual, onde diferentes tipos de saberes se entrelaçam e fortalecem, contribuindo para uma compreensão mais profunda e rica deste território único.

O sertão é uma região do Brasil frequentemente associada à aridez e ao clima adverso, caracterizada como área semiárida com longos períodos de seca e escassez de água. Essa imagem está presente em várias representações e é comum a diferentes estudos. Entretanto, o termo não pode ser limitado a uma única definição geográfica, nem se restringe apenas ao semiárido. O sertão possui raízes históricas que remontam aos tempos anteriores à colonização das Américas e é objeto de diálogos nas academias, nos últimos anos. Neste sentido, ao longo da história, a percepção e o tratamento do sertão brasileiro evoluíram de forma significativa.

Durante o período colonial, as áreas sertanejas eram vistas como distantes e fora do âmbito da administração direta. No entanto, com o advento do Império brasileiro, essa dinâmica começou a mudar, à medida que o sertão passou a ser considerado um local onde a lei e a ordem deveriam prevalecer (Amado, 2010).

Santos (2010) apresenta uma definição abrangente do sertão, destacando que o termo é usado de forma “hiperbólica” para abranger “todo o interior do continente”. Isso se baseia na carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o escrivão registra a extensão presumida da

---

<sup>56</sup>Moiseis Sampaio discute essa concepção e outras noções em: Brasil e Argentina na pesquisa regional/local contemporânea: escalas, periodizações e problemas (2021).

linha costeira, afirmando que, pelo sertão, a terra seria muito grande, pois, vista do mar, permitia enxergar apenas o arvoredo. Portanto, do ponto de vista de quem estava no mar, o “sertão” compreendia tudo o que existia além da linha costeira, ou seja, todo o continente.

A escala de representação do sertão é determinada pelo referencial, que pode variar desde o continente inteiro até o vale de um pequeno curso fluvial, dependendo do ponto de vista social e da finalidade da produção do documento (Santos, 2010).

É imprescindível destacar que a administração do território do sertão baiano foi marcada por uma cronologia distinta em relação a outras regiões coloniais. Essa diferença influenciou sua organização jurídico-política e a criação de instrumentos de regulação territorial. Esse contexto histórico é fundamental para entender o sertão baiano em sua totalidade (Santos, 2010).

Sabe-se que o sertão é um lugar marcado pelo sol causticante, com noites de belo céu estrelado, mas também o lugar de terra sedenta e rachada pela ausência de chuvas constantes. Seu conceito transcende a mera definição espacial, manifestando-se em padrões culturais e representações profundamente enraizadas na sociedade brasileira. “Passear entre memórias e histórias do sertão baiano não é uma tarefa fácil, embora prazerosa e ao mesmo tempo desafiadora” (Machado, 2020, p. 18).

A compreensão do sertão baiano requer uma abordagem holística que leve em consideração sua história, cultura e diversidade regional, superando estereótipos e valorizando sua relevância na construção da identidade nacional. Por conseguinte, a história da ocupação e exploração do sertão é rica e complexa. A má compreensão desse conceito no Brasil destaca a importância de estudá-lo em pesquisas específicas, devido à variedade de significados e debates acadêmicos em torno dele.

Muitas vezes, o sertão é retratado como um lugar de desafios extremos, onde as condições de vida são difíceis. A escassez de recursos hídricos e a luta pela sobrevivência são temas recorrentes. Além disso, há uma associação com a presença de convicção e práticas religiosas populares, como o catolicismo popular e o sincretismo religioso (Jesus, 2006).

Em diversos estudos, o sertão é compreendido como um espaço rico em identidade e resistência cultural, que caminham lado a lado. A cultura sertaneja é amplamente valorizada por suas tradições, como a música, o artesanato e as festas populares, desempenhando um papel fundamental na construção da identidade regional.

O sertão baiano é um local onde a religiosidade se entrelaça com a alegria e o sofrimento provocado por longos períodos de seca. Ele é, acima de tudo, um lugar de esperança, que se renova a cada observação da natureza e a cada experiência compartilhada com seus habitantes. Assim como as folhas das florestas que reverdecem ao ouvirem o som da chuva batendo no telhado em uma tarde de primavera e ao sentirem o aroma agradável da terra molhada, a vida se revitaliza com o plantio das sementes. Esta é a imagem do nosso sertão.



Na literatura, o sertão mineiro é representado, de forma grandiosa por Guimarães Rosa, como um lugar de desafios e resistência, enquanto Graciliano Ramos retrata o sertão nordestino como uma região marcada pela seca e miséria. Por outro lado, Euclides da Cunha o relaciona à aridez, à caatinga e ao clima desértico. É fundamental ressaltar que o sertão brasileiro, apesar de sua complexidade, tem sido frequentemente estigmatizado. No entanto, trata-se de um território diversificado e dinâmico, merecedor de análise de forma plena.

Melo (2019) nos diz que o sertão é um espaço rico e complexo que convida à exploração de diversas perspectivas e significados. Ao longo de sua história, o sertão se revela como um lugar multifacetado, caracterizado por sua diversidade, invisibilidade e poder latente. O autor sugere que o sertão pode ser entendido como um lugar cósmico que transcende fronteiras, emergindo como uma arqueologia das existências invisíveis (Melo, 2019).

Enfim, concluímos esse tópico apresentando o conceito do que entendemos como o retrato do sertão representado por Tiririca até meados do século XX. Ou seja, o sertão que se constrói a partir das interações entre diferentes representações e saberes, fortalecendo-se por meio de uma ecologia de conhecimentos, como diz Melo (2019), que abrange diálogos entre diversos tipos de saberes, incluindo o científico, o educacional, o artístico, o popular e o senso comum.

É necessário notar que as concepções e estereótipos de “sertão” podem variar de forma considerável ao longo do tempo e entre diferentes autores e pesquisadores. As concepções e estereótipos do “sertão” e do “sertão baiano” alteraram, portanto, de acordo com as perspectivas históricas e culturais. Essas representações são frequentemente moldadas pelas perspectivas históricas, sociais e culturais de quem está descrito, e não são estáticas, evoluindo ao longo do tempo, à medida que a região e suas dinâmicas mudam (Jesus, 2006).

Para entender a origem da vila Tiririca, é importante contextualizar o processo de ocupação da região e a formação dos primeiros núcleos de povoamento no vale do São Francisco, nos períodos que a antecedem. Isso nos permitirá compreender a origem de Itaguaçu da Bahia, anteriormente denominada de vila Tiririca, e sua relação com a consolidação do domínio territorial, a integração da América portuguesa e a crise do Antigo Sistema Colonial.

## **O PROCESSO DE OCUPAÇÃO NO MÉDIO SÃO FRANCISCO (SÉCULOS XVII E XVIII): UM RETRATO DA ORIGEM DO SERTÃO BAIANO**

A história da ocupação e colonização do Brasil é marcada por uma complexidade de fatores que moldaram a forma como as terras foram conquistadas e exploradas ao longo

dos séculos. Uma análise cuidadosa desses eventos revela nuances que transcendem a visão simplista de conquista territorial (Melo, 2019).

A região do Médio São Francisco desempenhou um papel fundamental na expansão territorial e na colonização do sertão semiárido do Brasil. No final do século XVII e no século XVIII, desbravadores e bandeirantes baianos e paulistas empreenderam explorações nessa área, desencadeando uma série de eventos que moldaram a trajetória histórica da região. Essas incursões no interior se caracterizaram por confrontos violentos, que abriram caminho para a colonização de terras anteriormente habitadas por povos indígenas. Tal processo foi marcado por conflitos, matanças e pela dominação gradual de terras pelos exploradores brancos, muitas vezes com ajuda de povos indígenas que, em alguns casos, formaram alianças estratégicas.<sup>57</sup>

Uma análise mais detalhada da região do Médio São Francisco revela as interações entre os colonizadores luso-brasileiros e os grupos indígenas em duas escalas distintas: a microscópica e a macroscópica.<sup>58</sup> Na escala microscópica, ao examinarmos de perto as interações locais e individuais, é possível conjecturar que ocorreram aproximações, interfaces e contatos que, por hipótese, foram menos violentos do que retratados na visão macroscópica do sertão baiano e do interior do Brasil.

Em diversos casos, alianças estratégicas entre colonizadores e grupos indígenas desempenharam um papel crucial na fácil penetração dos colonizadores pelo interior baiano. Essas associações poderiam incluir acordos comerciais, trocas culturais e até casamentos mistos, destacando a complexidade das relações.<sup>59</sup>

Por trás dessas interações, sempre houve uma aplicação econômica subjacente. Nesse sentido, a colonização do Sertão Baiano foi impulsionada pela expansão da cana-de-açúcar no recôncavo baiano, que levou a uma migração pecuária para regiões interioranas do estado, cedendo espaço para a monocultura da cana-de-açúcar.

O gado atendeu às necessidades de tração e alimentação da população canavieira, além de desempenhar um papel crucial na expansão dos domínios coloniais na região. Esse crescimento também ocorreu devido à necessidade de consolidação do domínio colonial, muitas vezes ameaçado pela resistência de indígenas, negros escravizados e ações de outras nações colonizadoras, como os holandeses.<sup>60</sup>

A pesquisa de Santos (2010) revela que o século XVI foi o período no qual plantaram-se as primeiras mudas de cana-de-açúcar no litoral baiano e foi iniciado o criatório de bovinos. No século seguinte, estendeu-se o plantio para outras partes do litoral, implantou-se o fumo como novo cultivo, enquanto o gado foi deslocado para regiões mais afastadas. Já o século XVIII marca um período de crescimento tanto na agricultura quanto na pecuária, indicando uma consolidação das atividades econômicas e uma estabilidade possível no sistema colonial da região. Mas é no século XIX que a economia dá um salto e, além dos produtos já cultivados, outras atividades são acrescidas, como o plantio do

---

<sup>57</sup> Segundo Wilson Lins, em *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros* (1983) à margem do Rio São Francisco, era povoada por várias tribos, sendo citados os Tapuias, na margem direita.

<sup>58</sup> A divisão do Sertão da Bahia em Alto, Médio ou Baixo tem como referência a posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia e às maiores altitudes do relevo baiano. Essa abordagem também justifica a ausência da denominação “Médio Sertão” nos órgãos governamentais. Para saber mais, consulte *O médio São Francisco* (1983), de Wilson Lins. Adiante, veremos uma figura que especifica essa divisão.

<sup>59</sup> Para conhecer melhor esse contexto, ler Santos (2010).

<sup>60</sup> A obra *Nas variantes do sertão: trajetória de família, o Médio São Francisco (Xique-Xique – século XIX)* apresenta uma descrição bem detalhada sobre a povoação e extensão territorial de Chique- Chique no século XIX (Ferreira, 2023).

cacau, a extração de minerais e a presença de indústrias. O autor ainda apresenta a complexidade da colonização do Sertão Baiano, destacando a expansão da produção de cana-de-açúcar e a migração como elementos-chave na história econômica e social da região, além de evidenciar os desafios enfrentados pelos colonizadores.

A obra também destaca a evolução da economia e da colonização no Sertão Baiano ao longo dos séculos XVI a XIX. Ela retrata a transição das atividades econômicas, as mudanças nos cultivos agrícolas e a expansão geográfica das práticas de produção, o que é essencial para compreender a história econômica e social da região.

É importante ressaltar que o ouro desempenhou um papel central na rápida expansão territorial em áreas distantes da costa. A descoberta de riquezas minerais incentivou uma territorialização ágil e eficaz, à medida que os colonizadores buscavam explorar essas áreas em busca de benefícios econômicos.

No entanto, nas áreas do interior – ocupadas principalmente pela criação de gado, extração de sal e cultivos agrícolas direcionados para mercados locais ou para a subsistência – a formação territorial foi mais lenta e menos assertiva, especialmente considerando a implantação da soberania portuguesa sobre o território. Esses fatos destacam como a motivação econômica desempenhou um papel determinante na ocupação e exploração do território brasileiro ao longo do tempo.

Os registros históricos nos oferecem uma visão única das dinâmicas populacionais e geográficas que moldaram a região. Eles não apenas delimitam as fronteiras administrativas, mas também fornecem informações cruciais sobre o tamanho das comunidades locais. Dessa forma, permitem-nos explorar as características demográficas e espaciais distintas desse espaço de estudo.

Santos (2010) nos revela que nos séculos XVII e XVIII, a ocupação do território da Bahia e o caminho percorrido pelos desbravadores já era uma realidade nos espaços localizados à direita do Médio São Francisco. Esse estudo também revela a extensão territorial e a quantidade aproximada de habitantes dessa região durante as primeiras décadas do século XVIII. Nela, interessa-nos, de forma especial, quando se deram as povoações das áreas próximas a Xique-Xique, devido à relação e característica comum que havia entre elas. Como exemplo, temos: Barra do Rio Grande do Sul – que tinha um território de 20 léguas e cerca de 40 moradores no ano de 1737. Já Xique-Xique possuía 40 léguas e uma população de 400 moradores em 1743.<sup>61</sup> Santos também apresenta um recorte abrangente das primeiras povoações no sertão são-franciscano, fornece-nos informações valiosas sobre quando surgiram as vilas e povoados do interior da Bahia.

Enquanto desbravavam o sertão, os sujeitos também cumpriam um papel ativo na fundação de pequenas comunidades ao longo do caminho e na promoção da agricultura de subsistência. Logo, os distritos próximos ao Rio São Francisco surgiram em períodos curtos um do outro. Equivale dizer, entretanto, que a história e a cultura desses lugares trazem muita semelhança (Santos, 2010).

É importante destacar que, ao invés de povoarem de imediato a região, os colonizadores inicialmente promoveram o despovoamento, muitas vezes resultando em episódios de genocídio e na fuga dos habitantes indígenas. Wilson Lins expressa essa dinâmica da seguinte forma: “Ao iniciar a penetração no grande vale, os colonizadores, em vez de

---

<sup>61</sup> Para enriquecer melhor o conhecimento sobre como se deu o povoamento na região, ver Ferreira (2008) e Santos (2010).

povoá-lo, agenciaram o seu despovoamento, matando os habitantes indígenas e substituindo tribos por boiadas à medida que avançavam pelo ermo” (Lins, 1983, p. 21).

Dois fatores principais impulsionaram a colonização do sertão, de acordo com Prado Júnior (2011): a mineração e as fazendas de gado. Enquanto a mineração não estabelecia uma ligação contínua entre núcleos de povoamento e áreas ocupadas, as fazendas de gado se expandiam de forma contígua ao longo do Rio São Francisco.

No entanto, com o tempo, os colonizadores perceberam que o vale do São Francisco não era adequado para a criação de gado e que as esperanças de encontrar minas e riquezas imediatas eram ilusórias. Como consequência, alguns colonizadores optaram por deixar a região em busca de oportunidades mais promissoras, enquanto outros se adaptaram às condições locais, procurando alternativas mais viáveis para o desenvolvimento das vilas e a sobrevivência dos habitantes do sertão.

As condições climáticas desfavoráveis à prática agrícola levaram à concentração das primeiras povoações nas proximidades dos rios, lagos e brejos. A expansão da pecuária ao longo do rio São Francisco desempenhou um papel significativo na ocupação do sertão baiano, iniciada no final do século XVI e continuada no século XVII (Santos, 2010). Com o tempo, outras atividades econômicas ganharam destaque, como o cultivo e o comércio de produtos agrícolas.

A agricultura de pequena escala não apenas subsistia, mas também prosperava. Ela encontrou maneiras criativas de se manter, ocupando terras áridas, focando na produção de culturas de subsistência e aproveitando a mão de obra familiar. Essas estratégias ressaltam a importância da agricultura de pequena escala na região, especialmente na Bahia, destacando a resiliência dos agricultores diante das adversidades impostas (Nascimento, 2000).

Uma análise detalhada sobre a ocupação do Médio São Francisco e sua inserção na história da colonização do Brasil revela uma teia intrincada de fatores econômicos, sociais e culturais que moldaram o país ao longo dos séculos. **Esses eventos nos** permitem apreciar a riqueza da história brasileira e as complexas relações entre colonizadores, povos indígenas e a geografia local em diferentes escalas geográficas.<sup>62</sup>

## **CENÁRIO SERTANEJO: A ROTINA E DESAFIOS NO CENTRO ECONÔMICO DA REGIÃO (XIQUE-XIQUE SÉCULOS XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)**

Localizado no coração do sertão nordestino, Xique-Xique experimentou um desenvolvimento que, desde suas origens, utilizou as características naturais da região

---

<sup>62</sup> As referências podem auxiliar nesta tarefa, haja vista que o objetivo desta pesquisa é direcionado a um espaço específico.



como guia para a ocupação do território. A proximidade do Rio São Francisco foi determinante na escolha das terras, conferindo poder e direção àqueles que detinham propriedades próximas a esse recurso vital.

Xique-Xique começa sua história na Fazenda Praia Grande, às margens do arquipélago da Ipueira, afluente do rio São Francisco, onde atualmente encontra-se a Ilha do Miradouro. Esta área, conhecida pela sua abundância de peixes e recursos agrícolas, foi frequentada desde os primórdios, de início por pescadores. A região prosperou, sobretudo devido à pesca no rio Ipoeira, que na época era uma atividade acessível, econômica e rentável. A vila de Xique-Xique, criada em 1832 e instalada em 1834, cresceu graças a essas atividades.

No século XIX, Francisco Vicente Vianna, em “Memória sobre o Estado da Bahia” (1893)<sup>63</sup>, assim descreve Xique-Xique: “Chique-Chique é uma localidade que possui uma rica história e características geográficas únicas.”<sup>64</sup>

O século XIX viu o geógrafo Francisco Vicente Vianna descrever Xique-Xique como um espaço de rica história e singularidade geográfica. Contudo, essa época no sertão nordestino foi marcada pelo isolamento geográfico, que moldou uma cultura distinta. A população local se dedicava principalmente à agricultura e à pecuária, enfrentando desafios constantes devido a seca, escassez de pastagens e enchentes. Alguns proprietários e negociantes também desenvolviam a atividade de lavrador, exercendo o que Ferreira chama de uma tripla qualificação: ‘proprietário, negociante e lavrador’.<sup>65</sup> A falta de infraestrutura viária e a distância dos centros urbanos geraram uma economia local autossustentável.<sup>66</sup>

A cidade de Xique-Xique era estrategicamente posicionada, situada a distâncias estratégicas de outras localidades na região, como Barra, Gameleira do Assuruá e Pilão-Arcado. A proximidade com o Rio São Francisco e suas ilhas desempenharam um papel crucial na economia local (Vianna, 1889).

Xique-Xique possuía uma ampla extensão territorial, abrangendo áreas ao norte, sul, leste e oeste, com rios e limites naturais delimitando suas fronteiras. As terras se estendiam por mais de quarenta léguas, como mencionado anteriormente. Ao norte, havia o rio Verde, que separava Xique-Xique de Santo Sé; ao sul, as terras limitavam-se com Brotas de

<sup>63</sup> Para se aprofundar sobre antiga Villa Chique-Chique, recomendamos ler a obra de Vianna citada acima, publicada em 1893 a pedido do governador Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Trata-se de um documento histórico que fornece uma descrição detalhada da cidade de Xique-Xique e de sua região, incluindo informações sobre geografia, infraestrutura, cultura, economia, religião e história local. Esta obra traz ricos detalhes sobre o interior da Bahia no final do século XIX. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/522905395/Memoria-Sobre-o-Estado-Da-Bahia-1893-Vianna-Francisco-Vicente>. Acesso em: 20 de jul. 2024.

<sup>64</sup> O Distrito de Chique Chique passou a ser grafado “Xique-Xique” a partir do Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31/12/1943, retificado pelo Decreto Estadual nº 12978, de 01/06/1944.

<sup>65</sup> Ferreira (2023) em: *Nas variantes do sertão*: trajetória de família o Médio São Francisco (Xique-Xique – século XIX) - uma descrição bem detalhada sobre a povoação e extensão territorial de Chique-Chique no século XIX.

<sup>66</sup> Somente na segunda metade do século XIX, com a chegada da estrada de ferro, o sertão começou a experimentar mudanças significativas. A conexão com o restante do país e as subsequentes transformações econômicas e sociais marcaram um ponto de viragem na região. A história detalhada desse processo considerará os relatos de Wilson Lins (1983), Prado Júnior (2011) e demais referências consultadas.

Macaúbas e o rio Paramirim, que definia a fronteira com Santo Antônio do Urubu, atual Paratinga. A região se estendia a leste até Jacobina e nordeste até Morro do Chapéu. No extremo oeste, a demarcação alcança o rio São Francisco, fazendo limite com os municípios de Barra do Rio Grande e Pilão Arcado (Ferreira, 2023).

A seguir, apresentamos a figura com as dimensões aproximadas do município de Xique-Xique no XIX:

Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia



Fonte: SAMPAIO, Theodoro. O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e commercio. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.<sup>67</sup>

Na freguesia do Senhor do Bonfim de Xique-Xique, até 1814, as construções eram amiúde modestas, com poucas casas, a maioria cobertas de telhas, mas em estado de conservação precário, formando quase que uma única rua. Entre as construções, havia uma matriz dedicada ao Senhor do Bonfim e, no final da rua, uma capelinha de Santa Cruz. Xique-Xique também contava com uma casa do Conselho, um cemitério e duas escolas Vianna (1893). Além disso, existiam várias capelas em seus vilarejos, como em Miradouro – descrita anteriormente –, Casa Nova, Picada, Marrecos, Boa-Vista, Tapera, Sítio, Pedras, Jatobá, Sacco dos Bois, Porto da Matalotagem e Tiririca.

<sup>67</sup> Fonte encontrada, inicialmente, na pesquisa de Elisângela Oliveira Ferreira, em *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social), UFBA, 2008.

A maior parte das casas de Xique-Xique, assim como as benfeitorias que as cercavam, apareciam acompanhadas de adjetivações como “já velhas”, “deterioradas”, “bastante arruinadas”. Construídas com matéria-prima da região, pelas mãos dos seus próprios donos (Neves, 2003, p. 229).

Nos povoados, as moradias eram mais precárias ainda, “as construções de madeira e barro cobertas de palhas de carnaúbas, ou mesmo de pindoba e de cascas de árvores, faziam parte da paisagem. Erivaldo Fagundes Neves ressalta em “Posseiros, rendeiros, proprietários”, a predominância de casas “de enchimento ou taipa, com paus a pique e varas cruzadas, amarradas com cipós, para conter o barro batido [...]. As construções mais sólidas, de adobes crus, coberturas de madeiras aparelhadas e telhas vãs”, difundiram-se muito lentamente”, completa o autor (Neves, 2003, p. 229).

A partir de 1850, o rio São Francisco se tornou uma rota de navegação importante, ligando o Nordeste brasileiro ao Sul do país. Esse desenvolvimento trouxe um incentivo governamental para a migração de nordestinos para áreas menos povoadas em desenvolvimento. As locomotivas também desempenharam um papel crucial no transporte de alimentos durante estiagens prolongadas, melhorando as condições de vida na região (Santos, 2010).

**Ferreira ressalta que – conforme os dados extraídos de Correspondências de Juizes (1829-1864) – “Em 1852, a relação dos cidadãos elegíveis e votantes de Xique-Xique chegava ao número de 1.500 homens, alistados através dos distritos que compunham a sua jurisdição”.<sup>68</sup> Isso equivale dizer que a população nesta época era três ou quatro vezes maior ao acrescentar os demais membros (Ferreira, 2023, p. 63).**

Xique-Xique teve um passado marcado por turbulentos e constantes conflitos partidários que resultaram na destruição de casas, igrejas, cemitérios e na emigração da população. A chegada da República trouxe instabilidade e conflitos no Médio São Francisco, desafiando as antigas oligarquias que dominaram a região. As cidades de Xique-Xique, Carinhanha, Pilão Arcado e Remanso testemunharam choques armados entre as famílias dominantes, mas não foram as únicas.<sup>69</sup>

Durante essa transição, todos os municípios da região, exceto Barra do Rio Grande, foram palco de inúmeros e sangrentos conflitos (Lins, 1983). No entanto, na segunda metade do século XIX, tanto Xique-Xique quanto Barra estiveram envoltos em conflitos por causa da demarcação das ilhas. Conforme aponta Ferreira (2023), durante esse período, várias demandas surgiram entre as Câmaras de Xique-Xique e de Barra do Rio Grande, motivadas por discordâncias em relação à demarcação dos limites das ilhas.

---

<sup>68</sup> O termo "distrito" desempenha um papel crucial na documentação que remonta às primeiras povoações no sertão baiano. Por meio dos distritos, eram estabelecidos os limites das áreas de jurisdição de indivíduos nomeados para cargos militares. Em alguns casos, essas nomeações incluíam informações sobre a extensão territorial e a população residente nos distritos, tornando-as fontes valiosas para a análise das concentrações populacionais que caracterizavam a região em estudo.

<sup>69</sup> Do ponto de vista do planejamento público, até os anos de 1940 o chamado Sub-médio São Francisco não constituía propriamente uma região.

O poder na região era frequentemente exercido por figuras conhecidas como “coronéis”, latifundiários que desempenhavam papéis múltiplos, incluindo proprietários de terras, negociantes e lavradores. Eles desempenharam um papel fundamental na configuração do poder e da sociedade local. Possuíam fazendas com criação de gado e muitas vezes eram aliados do governo central (Lins, 1983).

Sampaio (2017) nos dá uma melhor visão da importância e do poder exercido pelos coronéis no sertão baiano:

Com a Independência (1822) e a instauração do Império, longe de significar uma ruptura com o mandonismo local, houve uma intensificação do poder dos senhores rurais. A criação da Guarda Nacional conferiu uma justificativa institucional ao poder dos mandões locais, que passam a ser coronéis de uma força militar, ainda que de segunda linha, teoricamente a serviço do Estado e o representando [...]<sup>70</sup>

A importância do coronel na pesquisa de Sampaio (2017) para uma região isolada e sofrida, como a maioria das cidades e vilas do sertão baiano, demonstra que foi fundamental para que a sociedade local superasse os imensos obstáculos no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O historiador destaca que “O coronelismo não envolvia somente relações políticas, também estavam em cena as relações econômicas, raciais, de classe e de mentalidade”. Segundo ele, os que detêm o poder “conhecem a conjuntura local ou regional, e desenvolvem estratégias de poder adequadas ao lugar” (Sampaio, 2017, p. 282).

No século XIX e início do século XX, a região de Xique-Xique enfrentou adversidades relacionadas às secas, que atingiram de maneira severa as famílias menos favorecidas, agravando a pobreza. O território também gerou conflitos políticos, particularmente durante a transição para a República, envolvendo choques armados entre famílias influentes em várias cidades da região.

Entre os anos de 1852 e 1853, Ferreira ressalta que a população da vila Xique-Xique e de todo o município chegava ao número de aproximadamente 8.900 pessoas que viviam da agricultura, pecuária, da pesca e da mineração. Em 1872, a quantidade correspondia a 15.746 habitantes. Na última década do século XIX, a população do município foi estimada em quase 25 mil habitantes (Ferreira, 2023, p. 77), lembrando que o território mantinha os limites originais, nesta época, descritos antes. Posteriormente, à medida que seu território era desmembrado, o número de pessoas reduzia.

Xique-Xique tinha uma economia diversificada no século XIX, com destaque para a criação de gado e a agricultura de cereais e frutas, mineração, especialmente a extração de sal e alumínio. A cultura local era enriquecida pela carnaúba, uma planta versátil usada para várias finalidades, além do plantio de frutas, como a melancia. A religião

---

<sup>70</sup> Sampaio (2017, p. 59). *Francisco Dias Coelho: o coronel negro da Chapada Diamantina*. Salvador: EDUNEB, 2017.



desempenhava um papel significativo, com várias capelas e devoção ao Senhor do Bonfim e à Santa Cruz (Vianna, 1883).

Até a década de 1930, Xique-Xique possuía um território vasto que incluía diversos distritos e povoados.<sup>71</sup> Administrar uma região tão extensa era um desafio, e os políticos dependiam do apoio de correligionários de diferentes áreas para manter a ordem.

Conforme Souza (2005), devido à extensão territorial considerável e à escassez de meios de comunicação e transporte até meados do século XX, administrar Xique-Xique era uma tarefa desafiadora. Ele ilustra essa complexidade com a trajetória política de José Peregrino de Souza, (nascido e residente da vila Tiririca) que foi prefeito e vereador na cidade de Xique-Xique, para ajudar na compreensão da administração do município em diferentes períodos.

Nesse contexto, os administradores contavam com o apoio de correligionários dos distritos e povoados. Em Central e seus povoados, os principais aliados incluíam Antônio de Assunção Ferreira dos Santos (Ginga) – pai de Adão de Assunção Duarte, José de Félix, Euzébio Brito, José Aragão, José de Souza Machado, Jeremias Porto, Máximo Matos e Zeca Dourado.

Já em Canabrava do Gonçalo, o prefeito recebia o suporte da família de Pedro Machado. Em Lagoa da Canabrava, contavam com Antônio Felix e outros. Na Chapada dos Honoratos, Francisco (Chico de Dedé) era uma figura importante. Em Xique-Xique, os principais colaboradores eram Fanu Dourado, Humberto Nogueira, José Barbosa, João Durães, Antônio Jacobina, Bibi Nogueira e diversos outros. Na vila Tiririca, tinha o apoio da maioria da população.<sup>72</sup>

No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a região de Xique-Xique enfrentou inúmeras adversidades relacionadas às secas, que afetaram de maneira particularmente severa as famílias menos favorecidas, agravando a situação de pobreza.

Alfredo Macedo Gomes (1998) afirma que o significado da seca para os moradores do semiárido nordestino

Não se restringe ao período seco, mas muito pelo contrário, estende-se a todos os momentos da vida social, econômica, religiosa e cultural do nordestino sertanejo. Se é período seco, de estio, a sua significação é inquestionável; se é período de chuvas, onde se vive o “inverno” e as plantações se concretizam, é a ausência da seca que lhe dá significado, pois dela o sertanejo não pode esquecer (Gomes, 1998, p. 57).

<sup>71</sup> A área de Xique-Xique abrangia os Distritos de Ibiacema, Marrecas, Tiririca, Canabrava do Gonçalo (município Uibaí), Central e povoados de Larga dos Mendes, Lagoa de Canabrava (Presidente Dutra), Chapada dos Honoratos e Gabrielzinho (município São Gabriel), Larga de Elói, Larga do Cruzeiro e o povoado do Recife (esses três últimos são distritos do município de Jussara).

<sup>72</sup> Informações coletadas de Salomão Ribeiro de Souza. *Um homem, uma vida, uma história*. Edição particular. 2005. Outra obra que complementa as informações apresentadas sobre Tiririca é *Os escritos, vida e lutas de um sertanejo*, escrita em dezembro no ano de 2004. Possui 35 páginas e foi editada por uma gráfica de Xique-xique denominada MM Designer.

Além das secas, as lutas políticas tornaram-se mais complexas nas duas últimas décadas do Império e persistiram durante a República, especialmente nos períodos eleitorais. Como descreve Ferreira: “Na vila, as casas que não foram derrubadas à machadadas estavam danificadas por balas, e os arraiais do Miradouro e dos Guaximins foram devastados pelo fogo” (2023, p. 136)

Este contexto revela que, nos povoados e vilas, a pobreza era mais acentuada, haja vista que as famílias necessitavam da água para a sua sobrevivência, para os animais e a agricultura. O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) nos revela que a região do vale do São Francisco tem, na maioria dos anos, um histórico de baixo volume de chuvas anual, isso se deve à posição geográfica e o relevo que, juntos, influenciam de forma direta na precipitação pluviométrica. Esse é o fator principal e responsável pela caracterização semiárida da região. Em geral, ocorre de modo irregular, tanto temporal quanto espacialmente e com chuvas entre os meses de novembro e março.<sup>73</sup>

Destaca-se que, além da ausência de chuvas, as altas temperaturas na região também são um flagelo para o sertanejo. A temperatura média anual é da ordem de 26,5°C a 34°C não variando muito ao longo do ano. Entre os meses de junho a agosto, as temperaturas são mais amenas, enquanto o período mais quente do ano se estende de setembro a janeiro.<sup>74</sup>

Vale dizer que 1.261 municípios compõem o semiárido brasileiro, portanto, dizer que todos apresentam características semelhantes é uma concepção distorcida da geografia (ver figuras 3).

---

<sup>73</sup> Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia INMET. Disponível em: [www.jornaldotempo.uol.com.br](http://www.jornaldotempo.uol.com.br).

<sup>74</sup> Fonte: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), 1995.



**Figura 2 - Semiárido Brasileiro**

Fonte: IBGE, 2017.

A região continua a ter uma forte ênfase na agricultura, embora enfrente desafios como a escassez de água, solos pedregosos e intensa erosão. Nas últimas décadas, uma pecuária extensiva, particularmente voltada para a criação de caprinos, tem se tornado comum. A migração de nordestinos para áreas menos povoadas e em desenvolvimento trouxe progresso econômico às cidades ribeirinhas, com destaque para Xique-Xique no século XIX.

No entanto, durante os períodos de seca, parte da população abandonou o sertão em busca de melhores condições de sobrevivência em outros espaços. Essas mudanças e desafios desempenharam um papel fundamental na moldagem da vida em Xique-Xique e na região durante os séculos XIX e XX, demonstrando a resiliência e a adaptabilidade da comunidade diante das transformações e dificuldades enfrentadas (Melo, 2019).

Uma tendência notável com o passar do tempo é que as cidades do interior da Bahia têm visto o envelhecimento de sua população, uma vez que a migração de jovens para outras regiões se tornou mais comum. Isso é evidenciado pelos dados do Censo (IBGE, 2022), que destacam uma forte emigração, especialmente entre jovens de dezoito a vinte e quatro anos, devido à dificuldade de alcançar a estabilidade econômica na região.

A cada ano, a região tem sido marcada por um fluxo crescente de emigrantes em busca de melhores oportunidades para outras regiões. Mas muitas vezes enfrentam adversidades e desilusões, e as ameaças tão sonhadas não se concretizam, pelo menos não para a

maioria. Com isso, a pobreza continua sendo uma parte da história local, com agravamento durante os períodos de estiagem (Cunha, 2010, p. 53).

Desta forma, a seca e as condições climáticas adversas, portanto, representavam uma ameaça persistente para a população, que muitas vezes era forçada ao êxodo em busca de uma vida mais promissora em regiões distantes, como o Sudeste e a capital da Bahia.

O cenário sertanejo de Xique-Xique nos séculos XIX e início do século XX foi caracterizado por desafios econômicos, climáticos e políticos, mas também por resiliência e adaptabilidade por parte da comunidade local. A cidade e toda a região viram mudanças significativas ao longo desse período, moldando sua história de maneira única.

## 2. CONCLUSÃO

A história de Xique-Xique, ao longo dos séculos XIX e início do XX, reflete a complexidade de um sertão marcado por desafios ambientais, econômicos e políticos, mas também pela resiliência de sua população. A proximidade com o rio São Francisco foi determinante para o desenvolvimento inicial da vila, conferindo a ela um papel estratégico tanto para a subsistência quanto para a organização territorial e social. Contudo, o isolamento geográfico, as condições climáticas adversas e as disputas políticas moldaram uma cultura local singular, baseada em estratégias de sobrevivência e adaptação às adversidades.

As transformações políticas, como a transição do Império para a República, trouxeram instabilidades que intensificaram os conflitos locais, enquanto o coronelismo consolidou-se como um mecanismo de poder que permeava não apenas as relações políticas, mas também as econômicas e sociais. Por outro lado, a exploração de recursos naturais, como a pesca, a agricultura e a pecuária, e a navegação fluvial pelo rio São Francisco foram essenciais para a economia da região.

Os ciclos de seca, combinados com a falta de infraestrutura e as limitações tecnológicas, exacerbaram as desigualdades sociais e econômicas, resultando em êxodos migratórios que redefiniram a demografia local. Ainda assim, a memória coletiva e a resistência cultural dos habitantes de Xique-Xique permanecem como elementos fundamentais para compreender o impacto das transformações históricas sobre a vida cotidiana da região.

Este estudo reafirma a relevância de uma análise aprofundada do sertão baiano, revelando a interação entre aspectos geográficos, sociais e políticos na formação de uma identidade regional complexa e resiliente, ao mesmo tempo em que aponta para os desafios que continuam a moldar a vida nas comunidades do semiárido nordestino.

## REFERÊNCIAS

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discntis/index>  
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522



ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, jan.-jun. 2000.

CUNHA, Tássio Barreto. **Análise integrada de salubridade ambiental e condições de moradia:** Aplicação no município de Itaguaçu da Bahia. Dissertação (Mestrado em Engenharia urbana e ambiental) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, 2012.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Nas variantes do sertão:** trajetória de família o Médio São Francisco (Xique-Xique – século XIX). Salvador, BA: Sagg, 2023.

GOMES, Alfredo Macedo. **Imaginário social da seca:** suas implicações para a mudança social. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1957-1960. v. 20-21.

JESUS, Alysso Luí Freitas de. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX. **História e Perspectiva.** Publicação dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, n. 35, p. 247-265, jul. 2006.

LINS, Wilson. **O médio são Francisco:** uma sociedade de pastores guerreiros. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MACHADO, Nildete Martins. **Um sertão narrado entre história e memórias:** um estudo da cultura oral na antiga Vila Tiririca. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

MELO, André Carneiro. **Biodiversidade:** Narrativas, diálogos e entrelaçamento de saberes da comunidade/escola em um território quilombola do Semiárido Baiano / Tese (Doutorado) em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Física-Salvador, 2019.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano:** a experiência de Organização dos pequenos agricultores do município de Valente. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1956.

SAMPAIO, Moisés de Oliveira. **O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Regional da Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2017.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

SILVA, João. **O Sertão e as Locomotivas: Uma Análise da Transformação na Vida Sertaneja**. Revista de Estudos Nordestinos, v. 25, n. 2, 2019.

SOUZA, Salomão Ribeiro de. **Vidas e Lutas de um sertanejo**. Itaguaçu da Bahia: Edição particular, 2005.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia. Typographia e encadernação do Diário da Bahia, Bahia, 1893**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/522905395/Memoria-Sobre-o-Estado-Da-Bahia-1893-Vianna-Francisco-Vicente>. Acesso em: 02 out. 2023.

**O DIREITO À TERRA E A LUTA  
PELA DEFESA DA DEMARCAÇÃO  
TERRITORIAL DAS TERRAS  
INDÍGENAS DO POVO  
PANKARARU**

Elizabeth Aléxa Oliveira Silva<sup>75</sup>  
Francisco Eduardo Torres Cancela (Orientador)<sup>76</sup>

## RESUMO

Este presente resumo evidencia os direitos aos povos indígenas, em específico ao Povo Indígena Pankararu, que continua na luta pela aplicabilidade e efetividade dos direitos humanos, aos direitos originários, em especial ao direito à terra. Salientando a luta constante do Povo Pankararu, na delimitação das terras indígenas, conforme o Alvará de 23 de novembro de 1700 e a Carta Régia de 1700, área demarcada com 14.400 hectares. No entanto, houveram alterações territoriais realizadas pelo órgão indigenista, o Serviço de Proteção ao Índio e a Fundação Nacional do Índio, modificando as coordenadas geográficas da área territorial, e conseqüentemente a demarcação das suas terras indígenas do Povo Pankararu. Diante disso, a população do Povo Pankararu continuam na luta pela defesa do direito à terra, a continuidade dos processos demarcatórios das terras indígenas que estão em andamento, ressaltando assim, os fatores da inaplicabilidade e inefetividade, a carência da execução, a omissão, negligência e a responsabilidade dos órgãos federais em não delimitar e regularizar a demarcação da área total do Povo Pankararu, tradicionalmente ocupadas e habitadas pelos indígenas Pankararu.

**Palavras - chaves:** Povos, indígenas, terras, direitos.

<sup>75</sup> Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Rio São Francisco, Pós-graduação em Prática Processual Civil pelo Centro Universitário Amparense, Discente no Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras pela Universidade Estado da Bahia, Especialização em Gestão Pública na Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco, Especialização em Educação, Cidadania e Cibercultura no Instituto Federal Goiano e Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. eliza.alex99@hotmail.com.

<sup>76</sup> Graduação em Bacharelado em História pela Universidade Católica do Salvador, Especialização em Docência do Ensino Superior pela Fundação Visconde de Cairu, Doutor em História Social do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Professor Titular do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Campus II - Alagoinhas), e membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, da Universidade Federal do Sul da Bahia, e também do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, dos Povos Indígenas e das Culturas Negras, da Universidade do Estado da Bahia. fcancela@uneb.br.

## Introdução

Apresento uma breve descrição sobre o direito à terra às populações indígenas no Brasil, interligando com os processos históricos de luta pela defesa dos direitos humanos, os direitos originários e as garantias fundamentais, a sua aplicabilidade, efetividade e execução em todos os órgãos e esferas dos poderes públicos e privados. Relacionando os direitos humanos com os procedimentos de demarcação, regularização e proteção das terras indígenas do Povo Pankararu, povo localizado entre os municípios de Jatobá, Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco, próximo às margens do Rio São Francisco.

Destacando uma síntese dos processos demarcatórios no território do Povo Pankararu, atualmente formado pelas regularizações das demarcação das Terras Indígenas Pankararu e Entre Serras Pankararu, entretanto, tem outras terras indígenas com processos demarcatórios em andamento, as Terras Indígenas Pankararu Opará, Pankararu Angico e Pankararu Taboá, além de alguns aldeamentos inclusos nessas terras indígenas mencionadas, as aldeias Brejinho da Serra, Brejinho de Fora, Serra Vermelha, Gameleira, Altinho e Cumbe.

É pertinente ressaltar que essa luta pela demarcação do seu território vem desde o período de colonização e avançando no período de democratização do Estado Democrático de Direito, pois, ainda existem ameaças e retrocessos legislativos que podem alterar todos os direitos originários, em especial ao direito à terra aos povos originários. Diante disso, as manifestações, as reivindicações e as mobilizações indígenas e indigenistas continuam sendo pauta de assuntos interligados aos contextos público, político, social, econômico e de direitos humanos, momentos este essencial e necessário para ser pretendido e requerido todos os direitos humanos e originários, e também, as garantias fundamentais incluídas no ordenamento jurídico brasileiro e internacional, cada vez mais as ambições e os interesses nas terras indígenas são queridas pelos grupos políticos, sociais e econômicos.



Perante o exposto, os direitos humanos e os direitos originários são considerados como cláusula pétrea pela Carta Magna, nessa situação não deveria ser tema de projetos de leis e propostas a emenda à Constituição, por simplesmente, serem direitos e garantias individuais e coletivos, sendo direito transindividual - individual e grupo étnico, social e cultural -, além de ser direito preexistente e/ou pré constituído ao próprio Estado de Direito, ou seja, anterior a formação e construção do Brasil.

### **Síntese dos processos históricos indígenas no Brasil**

Os povos originários habitavam e habitam o território brasileiro, bem antes do período de 1500, período da colonização do território brasileiro, para a população indígena, se refere ao período de invasão das suas terras indígenas, que viviam livremente com as suas diversidades e multiculturalidade étnicas. A organização, administração e estruturação internas própria nas comunidades indígenas, na formação étnica de cada povo, ocupando as terras, cultivando e cuidando da melhor forma do seu meio, utilizando os produtos naturais e atributos retirados no ambiente para uso das necessidades básicas imprescindíveis para a sobrevivência do seu povo. Reafirmando e reconhecendo a sua identidade, o seu pertencimento e os conhecimentos históricos, na construção, formação e desenvolvimento étnico cultural nas terras indígenas, com base nos períodos e processos vivenciados pelos povos indígenas, de acordo com os procedimentos políticos, sociais e econômicos de cada região do Brasil e o seu Estado de localidade, como também, a concretização efetiva e integral da proteção, conservação e revitalização das suas tradições e rituais, a língua materna, os conhecimentos e a ancestralidade etnohistórica do povo indígena com o seu território.

É pertinente destacar, uma linha temporal desde o período de colonização europeia até meados do século XXI, o que muitos associam a era da contemporaneidade. As populações originárias e tradicionais sofreram drasticamente na formação e construção da História do Brasil, nos seus contextos de invisibilidade, apagamento e exclusão dos povos indígenas e as comunidades negras na composição histórica do território brasileiro.

Nesta forma, menciono alguns processos vivenciados pela população indígena durante esse percurso histórico: a invasão e a perda do território; a colonização, as capitanias hereditárias e as sesmarias<sup>77</sup>; aos direitos humanos restrito, limitado e negado; aos processos de escambo, escravidão, exploração e extração de recursos naturais; aos assassinatos, mortes e as guerras justas<sup>78</sup>; as missões de catequização dos padres, jesuítas e missionários; as vilas de índios, os destacamentos indígenas e as léguas em quadra<sup>79</sup>, e os períodos dos diretores dos índios, ao caráter sócio-econômico nas vilas e aldeamentos indígenas<sup>80</sup>.

Aos procedimentos de exclusão, realocação e extinção dos aldeamentos em prol do estabelecimento da Lei de Terras<sup>81</sup> - o modelo de compra e vendas de terras para pessoas com poder aquisitivo, afetando diretamente as populações indígenas, negras, quilombolas e comunidades tradicionais, pois não obtinham condições de estabelecer uma relação política, jurídica, social e econômica nesses acordos e contratos, não contendo formas legais de demarcações das terras para a população indígena, ocasionando assim, outras formas de aquisição, como a ilegalidade da documentação e a inaplicabilidade do pagamento pela população privilegiada.

A teoria do indigenato<sup>82</sup> - o direito à posse permanente e ao usufruto exclusivo desses territórios, independente da conclusão do processo demarcatório-; aos paradigmas

---

<sup>77</sup> BARBUDA, Ciro de Lopes e. TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE. Porto Seguro – Bahia, 2021. P. 783.

<sup>78</sup> OLIVEIRA, João Paulo do Nascimento. Territórios Indígenas no Brasil: o caso do povo Pankararu. 59 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

<sup>79</sup> BARBUDA, Ciro de Lopes e. TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE. Porto Seguro – Bahia, 2021. P. 221.

<sup>80</sup> COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúñiga. NEM HERÓIS, NEM VILÕES: O LUGAR DOS DIRETORES DE POVOAÇÕES NAS DINÂMICAS DE TRANSGRESSÃO À LEI DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS (1757-1798). Revista de História (São Paulo). 2016.

<sup>81</sup> OLIVEIRA, João Paulo do Nascimento. Territórios Indígenas no Brasil: o caso do povo Pankararu. 59 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

<sup>82</sup> BARBUDA, Ciro de Lopes e. TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE. Porto Seguro – Bahia, 2021. P. 141.

de assimilação, integração, miscigenação, apagamento e invisibilidade dos processos históricos, políticos, sociais, econômicos e étnicos culturais; aos processos de desterritorialização e reterritorialização nos territórios<sup>83</sup>; a política indigenista e a tutela estatal do Estado sobre os povos indígenas; a aplicabilidade do Estatuto do Índio e aos movimentos e reivindicações das populações e lideranças indígenas e as organizações, articulações e associações dos movimentos indígenas e indigenismo.

Aos direitos originários presente no ordenamento jurídico brasileiro, a Carta Magna, e internacional de direitos humanos sobre os povos indígenas; a promulgação do Decreto 1.775/1996 sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas; o protagonismo indígenas na sociedade e nos órgãos públicos e privados; e as tentativas de retrocessos e ameaças ao tempo presente com as legislações, o marco temporal, o projetos de leis e as propostas a emenda à Constituição, realizadas e almeçadas pelos políticos, em específico da bancada ruralista.

## **Os povos indígenas no Estado de Pernambuco no século XXI**

No nordeste do Brasil, existe uma diversidade de grupos étnicos, culturais e sociais, os povos originários, assim sendo, abordaremos precisamente os nomes de identificação dos povos indígenas do Estado de Pernambuco. Segundo os dados do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Etnicidade da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), apresenta os etnônimos dos povos indígenas em Pernambuco: o Xukuru localizados nos municípios de Pesqueira e Poção na Serra do Ororubá e Rio Ipojuca; o Kapinawá em Buíque na Vale do Catibau e na Mina Grande; o Fulni-ô localizado em Águas Belas na Serra do Cumanati; o Kambiwá em Ibimirim, Inajá e Floresta na Serra Negra, no Piriquito e no Riacho da Alexandra; o Tuxá em Inajá no Rio Moxotó.

O povo Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankararu Opará, Pankararu Angico e Pankararu Taboá nos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá; o Pipipã em Floresta

---

<sup>83</sup> Idem. p. 164.

na Serra Negra, Serra dos Pipapã, Lagoa do Jacaré, Barra do Júa, Lagoa do Junco, Baixa do Urubu e Jiquiri; o Pankará em Carnaubeira da Penha na Serra do Arapuá, Serra da Cacaria, Grota do Enjeitado, Riacho das Lages Brancas e Grota da toca; Pankará Opará e Pankará Serrote dos Campos em Itacuruba, o Xukurú na Serra do Ororubá e Cimbres em Pesqueira e Poção; o Atikum em Carnaubeira da Penha nas Serras das Crioulas e de Umã, e o Truká em Cabrobó e Orocó no Rio São Francisco: nas Ilhas de Assunção, da Onça e Tapera<sup>84</sup>.



Fonte: Mapa de Pernambuco<sup>85</sup>

### Povo Pankararu: TI's Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankararu Opará e Pankararu Angico

Segundo as colocações de José Arruti, evidencia temáticas importantes sobre a Árvore Pankararu, a historicidade do seu povo e o seu processo de etnicidade, devido às

<sup>84</sup> UFPE. Povos Indígenas de Pernambuco. Disponível em: <https://www.ufpe.br/nepe/povos-indigenas>. Acesso em 18 de outubro de 2022.

<sup>85</sup> PRANDI, Jair. Mapa de Pernambuco. Mapasblog. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Figura 6/12 Disponível em: <https://mapasblog.blogspot.com/2011/11/mapas-de-pernambuco.html>. Acesso em 28 de novembro de 2024.



emergências étnicas no Sertão do Nordeste. Este grupo étnico se centraliza no espaço territorial entre os municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, nas redondezas das margens do Rio São Francisco, Opará seguindo a sua língua materna tupi, se concentrando com o espaço físico e simbólico, e na cosmovisão indígena, na Mãe Natureza, a Mãe Terra (Pindaé), a Rainha das Águas: nas nascentes, as fontes, os riachos por dentro e ao redor do território (não tanto presente, quanto era antes do complexo da Usina Hidrelétrica), o Pai Tupã, a Força Encantada, os Encantados, a ancestralidade e espiritualidade indígena.

O Povo Pankararu está direcionado entre as margens do Rio São Francisco (próximo aos perímetros de inundação da Cachoeira de Itaparica pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga), a Maloca Canabrava (atual centro de Tacaratu, nas proximidades da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde), na Baobá (proximidade com o aldeamento Baixa do Lero) e Taboá (proximidades com o aldeamento Brejinho da Serra). A unidade social do Povo Pankararu continham a composição de vários povos em uma mesma localidade, os “Pancararu Geripanc Cancalancó Umã Canabrava Tatuxi de Fulô”<sup>86</sup>, seguidamente ao processo demarcatório, o etnônimo ficou como a etnia Pancararu, e seguidamente Pankararu, conforme os dados do processo administrativo de demarcação<sup>87</sup>.

O Povo Pankararu mora e habita nas suas terras bem antes do século XVII, bem antes do início das missões de catequização dos povos indígenas, nas margens do Rio São Francisco, entre as Serras Grande e a Borborema<sup>88</sup> pelos os Padres Oratorianos da Congregação de São Felipe Nery, lapso temporal de 1670 presente no Estado de Pernambuco, e posteriormente, nas margens do Rio São Francisco em 1702<sup>89</sup>. Nessas missões de catequização dos indígenas Pankararu, aconteceram momentos de resistências

---

<sup>86</sup> ARRUTI, José Maurício Andion. “A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004, p. 266.

<sup>87</sup> ARRUTI, José Maurício Andion. O Reencantamento do Mundo - Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararú. 1996. 47 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, RJ.

<sup>88</sup> OLIVEIRA JÚNIOR, Elvio Juanito Marques de; DEMARCHI, André. Pankararu do Tocantins: História, Lutas e Identidades de um Povo Esquecido e Sem Terra. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 310, jan./jul. 2020.

<sup>89</sup> SILVA, Joana. Tacaratu: serra de muitos cabeços: história do município de Tacaratu: memórias. Recife: Gráfica Alencar, 2014, p. 60.

invisíveis pela própria comunidade, presentes nos aspectos de proteção, preservação e continuidade das tradições, rituais e ritos sagrados as Forças Encantadas, aos conhecimentos dos ancestrais e na espiritualidade indígenas, bem como, a revitalização da língua materna tupi, naqueles períodos foram proibidos de ensinar esse conhecimento, eventos impedidos pela Congregação dos Oratorianos, evidências comprovadas pela presença da simbologia das cruzeiras nas serras das aldeias e na educação portuguesa nas comunidades praticadas pelos padres, jesuítas e missionários<sup>90</sup>.

No período imperial houve a delimitação da terra indígena para o Povo Pankararu, por parte da Princesa Isabel, área territorial correspondente à “quatro “léguas-em-quadra” de terra”, ou “uma légua em quadro”<sup>91</sup>, ou seja, “14.400 hectares”<sup>92</sup>, nessa determinação continha o aldeamento Brejo dos Padres como centro da demarcação das terras indígenas Pankararu. Nesse mesmo período conteve a realocação dos indígenas Pankararu, sendo retirado da Maloca Canabrava para a aldeia Brejo dos Padres, realizando um loteamento de terras com 114 lotes, sendo distribuídos 96 lotes para os indígenas pankararu, e os restantes dos lotes para ex-escravos e jagunços<sup>93</sup>. Nessa forma de loteamento, compreende-se as características de miscigenação entre os indígenas e não indígenas, acontecimento de modo coercitivo e forçado pelo Estado, o município de Tacaratu e as missões de catequização aos indígenas.

Em 1869, ordens do Diretor Geral dos Índios, determinando as extinções dos aldeamentos indígenas nas províncias de Pernambuco, nesta extinção inclui o aldeamento Brejo dos Padres em 1678<sup>94</sup>. A disposição de extinção das aldeias não ocasionou a exclusão dos indígenas pankararu nas terras indígenas, muito menos a censura da sua

---

<sup>90</sup> ARRUTI, José Maurício Andion. O Reencantamento do Mundo - Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararú. 1996. 247 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, RJ.

<sup>91</sup> ARRUTI, José Maurício Andion. “A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2º ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004, p. 231.

<sup>92</sup> OLIVEIRA, Luís Antônio de. A Língua Pankararu: puxando os fios da história. Belo Horizonte 2016. UFMG. p. 12.

<sup>93</sup> ARRUTI, José Maurício Andion. O Reencantamento do Mundo - Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararú. 1996. 45 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, RJ.

<sup>94</sup> Idem. 09f.

identificação, o pertencimento e a continuidade étnica e cultural do seu povo, no seu espaço físico e simbólico, e na cosmovisão indígena.

Na década de 1930, surgiu o reconhecimento e a identidade étnica do grupo indígena do Povo Pankararu pelas instituições da política indigenista, havendo as intermediações e intervenções do Padre Alfredo Pinto Dâmaso e os estudos do antropólogo Dr. Carlos Estevão de Oliveira com órgãos indigenistas e as instituições federais<sup>95</sup>, após esse decurso conteve a aplicabilidade da política indigenista do Serviço de Proteção ao Índio, a criação do posto indígena na aldeia Brejo dos Padres, a efetividade da tutela estatal aos indígena pankararu e o início do processo demarcatório das terras indígenas.

O início do processo administrativo obteve como comprovação das delimitações territoriais realizadas pela Carta Régia de 1700<sup>96</sup> e o Alvará de 23 de novembro de 1700<sup>97</sup>, marcações delimitadas em 1879 com 14.400 hectares. No entanto, houve restrições de direito territorial, contendo uma redução de 3 quilômetros no sentido leste e oeste dos municípios de Tacaratu e Petrolândia, omissão, negligência e responsabilidade do servidor Cildo Meirelles e o Chefe do Posto indígena Cláudio Luiz Ferreira<sup>98</sup>.

De princípio, a demarcação da Terra Indígena Pankararu, ficou com 8.100 hectares regulamentada pelo Dec. nº 94.603/1987<sup>99</sup>, atualizada pelo Decreto de 19 de abril de 2007, com 8.376 hectares<sup>100</sup>. Entretanto, foram requeridos a área de 14.294 hectares pela população indígena, na fase do relatório circunstanciado pelo grupo técnico de estudos. Posteriormente a homologação da TI Pankararu, as lideranças indígenas reivindicaram a complementação do território, pela arguição que várias aldeias não estava demarcadas nesse processo administrativo, diante disso, homologaram a Terra Indígena

---

<sup>95</sup> BEZERRA, Deisiane da Silva. A atuação do Padre Alfredo Dâmaso e suas contribuições para o reconhecimento étnico dos Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo. Dissertação. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em História. 2018. p. 92.

<sup>96</sup> FUNAI. Processo da FUNAI/BSB/2275/84 de nº 28870.002275/1984-95. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio- FUNAI. fls. 312.

<sup>97</sup> Idem. fls.20.

<sup>98</sup> Idem. fls. 77;175.

<sup>99</sup> BRASIL. DECRETO Nº 94.603, DE 14 DE JULHO DE 1987. Brasília, DF. Presidente da República.

<sup>100</sup> BRASIL. DECRETO DE 19 DE ABRIL DE 2007. Brasília, DF: Presidente da República.

Entre Serras Pankararu, com a área de concentração de 7.750 hectares, através do Decreto de 19 de dezembro de 2006<sup>101</sup> e a Portaria de nº 2.579, de 21 de setembro de 2004<sup>102</sup>.

Ademais, o território do Povo Pankararu compreende os territórios nas margens do Rio São Francisco, a Maloca Canabrava, a Baobá e a Taboá, deste modo, existem outros processos de demarcação, com a arguição de adição dos aldeamentos não incluso nas demarcações, como a Terra indígena Pankararu Opará, Terra Indígena Pankararu Angico, Terra Indígena Taboa, aldeamentos de Brejinho da Serra e Brejinho de Fora, de mais a mais, as aldeias Altinho, Gameleira, Cumbe e Serra Vermelha nas Terra Indígena Entre Serras Pankararu e Terra Indígena Pankararu.



Fonte: Google maps (editado)<sup>103</sup>

Além disso, nas aldeias Caxiado, Bem Querer e Caldeirão contiveram conflitos fundiários e territoriais desde de 1949 a 2020, alcançando litígios judiciais entre esses períodos, em 1949 com a contestação das delimitações da área indígena, na década de 1950 com Ação Demarcatória cumulada com a Reivindicação de Posse de Propriedade

<sup>101</sup> BRASIL. DECRETO DE 19 DE ABRIL DE 2007. Brasília, DF: Presidente da República.

<sup>102</sup> BRASIL. PORTARIA Nº 2.579, DE 21 DE SETEMBRO DE 2004. FUNAI. Diretoria de Assuntos Fundiários. Sistema de Terras Indígenas.

<sup>103</sup> Google maps. Terra Indígena Pankararu. Disponível em: [https://www.google.com/maps/place/T.I.+Pankararu/@-9.1157839,-38.277842,12z/data=!4m6!3m5!1s0x70911b59e8451c5:0xf0a5dd375b72610f18m2!3d-9.106128!4d-38.189946!16s%2Fg%2F11ncljvywq?entry=ttu&g\\_ep=EgoyMDI0MTEyNC4xIKXMDSoASAFQAw%3D%3D](https://www.google.com/maps/place/T.I.+Pankararu/@-9.1157839,-38.277842,12z/data=!4m6!3m5!1s0x70911b59e8451c5:0xf0a5dd375b72610f18m2!3d-9.106128!4d-38.189946!16s%2Fg%2F11ncljvywq?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MTEyNC4xIKXMDSoASAFQAw%3D%3D). Acesso em 27 de novembro de 2024.



Privada, em 1960 com Ação de Usucapião, seguidamente contiveram no Tribunal Federal de Recursos: primeiro, a Apelação Cível nº 20.618/PE, e o segundo, em recursos Extraordinários 12.907, nos autos de Apelação Cível nº 2978-PE, e terceiro Apelação Cível de nº 67.255/PE-1980<sup>104</sup>, e também, a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal<sup>105</sup>, em virtude as complicações relacionados às violências e as violações de direitos humanos, originários e as garantias fundamentais, mais também, aos avanços contínuos dos conflitos fundiários e territoriais existentes nas aldeias, prejudicando, queimando e/ou deteriorando e modificando as terras, os imóveis educacionais, saúde e as moradias, além de uns dos princípios e direito primordial: o direito à vida digna aos indígenas.

E também, a inundação da Cachoeira de Itaparica na década de 80, com a construção da barragem da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, inundando vários municípios, principalmente a Velha Petrolândia e parte de Jatobá em Pernambuco, locais esses onde residiam várias famílias, fazendo com que, os moradores se retirasse daquela localidade e procura-se refúgio em locais mais próximos, sendo então, as terras indígenas, as agrovilas e o novo local para o município de Petrolândia<sup>106</sup>.

De acordo com o livro do Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu<sup>107</sup> e a Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Pankararu<sup>108</sup>, o Povo Pankararu se delimita pela dispersão territorial das aldeias Agreste, Altinho, Baixa do Lero, Barroco, Barros ou Baixa dos Cachorros, Barriguda, Bem Querer de Baixo e Bem Querer de Cima, Brejinho dos Correias, Brejinho da Serra, Brejinho de Fora, Brejo dos Padres, Caldeirão, Carira, Carrapateira, Caxiado, Cumbe, Espinheiro, Folha Branca, Gameleira, Gabriel, Jitó,

<sup>104</sup> FUNAI. Processo da FUNAI/BSB/2275/84 de nº 28870.002275/1984-95. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Fls. 183; 243; 337.

<sup>105</sup> MAPA DE CONFLITOS: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. PE – Tensão entre indígenas da TI Pankararu e posseiros não tem data para acabar. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pe-tensao-entre-indigenas-da-ti-pankararu-e-posseiros-nao-tem-data-para-acabar>. Acesso desde 20 de agosto de 2023.

<sup>106</sup> SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Indígenas Pankararu no Sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho. Universidade Federal de Pernambuco. 2020. p. 24-25.

<sup>107</sup> SOCIOAMBIENTAL. FUNAI (Org.). Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu. 2017.

<sup>108</sup> SANTOS, Juracy Marques dos; et al. Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Pankararu / Coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Organizadores Juracy Marques dos Santos...[et al]. – Manaus, AM : Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. p. 07.

Lagoinha, Logradouro, Macaco, Mundo Novo, Olho D'água do Julião, Piancó, Porteirão, Salão, Saco dos Barros, Serra Vermelha e Tapera.

Devidos aos processos de transformações, os redimensionamentos migratórios e os dinamismos territoriais nos procedimentos de reterritorialização (mudanças do território por meio das expectativas de vida dos indígenas, busca por recursos econômicos, sociais, políticos e civis, a escassez de água, comida, emprego e terra), muitos indígenas Pankararu se deslocaram para outros Estados, principalmente a posteriori a década de 1940, indo para os Estados de São Paulo, Tocantins e Minas Gerais, demarcando outros territórios, como os Pankararu no Estado em Real Parque<sup>109</sup>, o Pankararu do Tocantins nos municípios de Figueirópolis e Gurupi<sup>110</sup>, e o Pankararu Apucaré no Estado de Minas Gerais nos municípios de Araçuaí e Coronel Murta<sup>111</sup>.

A organização social da Povo Pankararu são formadas pelo Pajé, representação religiosa, é um dos curandeiros da comunidade que zela pelos terreiros, articula as festividades tradicionais juntos com os zeladores dos praias e as lideranças indígenas, têm conhecimento sobre as tradições e os rituais, a língua e tem a função de aconselhar o nosso povo. A figura política, são os Caciques, guerreiros e guerreiras que reivindica e proporciona os programas e as políticas públicas de acesso para a população juntamente com as lideranças locais nas aldeias, atuando internamente como intermediador dos conflitos internos e também externos.

Na figura destes fazem representar o restante dos caciques e/ou pajés não citados, os caciques Zenivaldo Gonzaga e Marcelo Monteiro na TI Entre Serras, os caciques Zé Auto e Pedro Perua na TP Pankararu, o cacique Bira Pankararu na TI Pankararu Angico, a cacique Valdenúzia Tavares da TI Pankararu Opará, a cacique Josenilda Marques na TI Pankararu Taboá, os pajés na TI Entre Serras é José João da Silva, conhecido como Zé

<sup>109</sup> BRANQUINHO, Evanio Santos; OLIVEIRA JÚNIOR, Ângelo José de. Índios Urbanos: A migração do Povo Pankararu para a cidade de São Paulo: aspectos territoriais e identitários. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, SP, Brasil. Edição de 2021, v. 18, n. 2 (2020), p. 132-151.

<sup>110</sup> OLIVEIRA JÚNIOR, Elvio Juanito Marques de; DEMARCHI, André. Pankararu do Tocantins: História, Lutas e Identidades de um Povo Esquecido e Sem Terra. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 314, jan./jul.

<sup>111</sup> CAMARGO, Pablo Matos. Artigo: Povos indígenas em Minas Gerais. Site Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. 2020, pp. 11-12.

Quijapreto e na TI Pankararu é Renato, o pajés Jaguriça Pankararu na TI Pankararu Opará, entre outros.

O Capitão é o articulador geral da comunidade, tem poder de conciliar os conflitos e auxiliar em questões jurídicas, políticas e sociais, os pais e zeladores de praiás cuidam da tradição e dos rituais, são conselheiros que acompanham o pajé e o cacique, participam das decisões e movimentos relacionado a comunidade, enquanto que, o Chefe de Posto da FUNAI atua no conjunto das questões Pankararu, na qualidade de apaziguador e intermediador, consultando as lideranças e o povo sempre que necessário.

Existem outros membros, como as lideranças indígenas e o conselho com a função de aconselhar os movimentos internos e externos, bem como, pelo papel de atuação dentro da comunidade. As curandeiras, parteiras (pois antes não existiam no posto enfermeiras e médicas), os membros que ficam encarregados nos momentos de rituais com os preparativos das comidas, pinturas e da garapa. A tradicionalidade dos rituais e práticas sagradas no território, influência as forças encantadas e o mundo encantado com os “praiás”, a mãe natureza, o pai tupã e o contato com a águas, para os momentos dos ritos sagrados: o Toré, o Menino do Rancho, as Três Rodas, os Passos, a Corrida de Imbu, o Mestre Guia, a Dança do Cansação, o puxamento de cipó e o flechamento do umbu, as Promessas, e a Mesa de Cura<sup>112</sup>.

A Corrida do Imbu começa pelo fechamento da fruta imbu ou umbu, que segundo os conhecimentos e discernimentos dos mais velhos, é com base nesse flechamento que se afasta o mal e as doenças que vêm através da reima do imbu, e o puxamento do cipó no final do mês de novembro. A Corrida se inicia geralmente no mês de fevereiro à março nos terreiros sagrados durante quatro semanas, com o início aos sábados (os passos) e o término nos domingos (as corridas) com as queimas do cansação (dança do cansação).

O Menino do Rancho, esse ritual acontece quando os pais da criança fazem a promessa aos encantados, e quando decidem pagar a promessa procuram os zeladores do Tonam de Caroá para combinarem conforme o prometido. Se realiza o festejo do menino do rancho em forma identidade, reconhecimento e pertencimento ao Mundo dos

---

<sup>112</sup> Pankararu. Secretaria de Educação. Governo do Estado de Pernambuco.

Encantados e pela saúde da criança, com isso a família entrega a criança em forma de promessa aos encantados protetores da aldeia. As Três Rodas, uma manifestação religiosa que celebra a graça alcançada, seja por enfermos que alcançaram a cura e a saúde, ou por pessoas que obtiveram alegria em outras vitórias. O Toré, pode acontecer em qualquer espaço e época do ano com toantes que ganham ritmo com o maracá, e contém a participação de todos, acontecem geralmente nas escolas, reuniões, assembleias e terreiros.

Todos os rituais sagrados à uma oferenda de comida e bebida, pirão de carne: frango, peixe, carneiro, boi ou caça com o arroz, acompanhado com a dociká ou garapa de cana de açúcar, rapadura, ou simplesmente só a garapa com pão, dependendo da boa vontade de quem promete. A vestimenta dos praiás são o casaco de cima que é conhecido como Tonam e em baixo a saia, essa roupa é feita apenas de croá, na cabeça é chamado de penacho, é utilizado as penas de galo e peru para a sua ornamentação, na sua roupa tem que ter a referência do praiá, como por exemplo, um pano nas costas do casaco, todos usam um maracá, e alguns usam a flauta para anunciar a sua chegada ou para chamar o batalhão<sup>113</sup>.

Também existem várias organização social relacionados a diversas áreas dos setores da saúde, educação, agricultura, comércio, conhecimentos ancestrais, entre outros âmbitos vivenciado pelo povo nas comunidades, como por exemplo, o Conselhos Local da Saúde, Religioso e Escolares, o Movimento Jovem, a Organização Indígena do Tronco Velho Pankararu, o Subcomitê da Coordenação Técnica Local (CTL) de Petrolândia - FUNAI, a Associação dos Artesãos e Agropecuaristas Indígenas Pankararu, a Comissão de Professores Indígena de Pernambuco (COPIPE), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-PE), entre outros.

Na organização estrutural na comunidade, em quase toda aldeia se contém escola com educação especial indígena, específica, inclusiva e diferenciada na cultura do povo, até no ano 2002, as escolas eram de domínio dos municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, que desenvolviam o ensino totalmente distante da realidade, desconhecendo

---

<sup>113</sup> Pankararu. Secretaria de Educação. Governo do Estado de Pernambuco.



os valores, a cultura, a identidade, o pertencimento e a tradição do povo. O que foi alterado perante a Resolução de nº 03/99 do Conselho Nacional de Educação, com base nas diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, devendo a educação escolar indígena ser ofertada e executada mediante a responsabilização da esfera estadual, os postos de atendimento de saúde, e os locais de prática religiosidade e das tradições sagradas.

### **Conflitos fundiários e territoriais**

A redução territorial da Terra Indígena Pankararu, medição com restrição territorial de 3 quilômetros nos sentidos leste e norte da área indígena - demarcação e homologação no processo demarcatório de 2000 a 2006, a Terra Indígena Entre Serras Pankararu -, prejudicando ainda mais a regularização das terras indígenas do Povo Pankararu, além da morosidade e burocratização no processo de demarcação das terras indígenas, a ausência da demarcação da área total delimitada em 1700 e a inclusão dos aldeamentos citados diversas vezes nos Processo da FUNAI/BSB/2275/84 e Processo da FUNAI/BSB/0196/2000, com as Terras Indígenas Pankararu Opará, Pankararu Angico e Pankararu Taboá, as aldeas Brejinho da Serra, Brejinho de Fora, Serra Vermelha, Gameleira, Altinho e Cumbe.

Os conflitos fundiários e territoriais aconteceram nos aldeamentos de Bem Querer de Baixo, Caldeirão e Caxiado, pessoas não indígenas, agricultores rurais que moravam naquela localidade, em virtude da possibilidade de possuir terras. Contendo assim, ataques de incêndios e depredações em imóveis na Escola Estadual Indígena José Luciano na Aldeia Caldeirão, a Escola Municipal São José, um posto de saúde da família (PSF) e, a Igreja Nossa Senhora da Conceição no aldeamento Bem Querer de Baixo, a danificação dos canos de água nos aldeamentos Bem Querer de Baixo, Caldeirão e Caxiado no ano de 2018, e uma tentativa de incêndio da Unidade de Saúde, na Aldeia Caldeirão em

2019<sup>114</sup>. Como também, sucederam outros ataques no território tradicional, no período de 2020, as derrubadas das árvores frutíferas, as destruições das cercas e cercados mediante cortes dos arames farpados, e a última ocorrência, foram as cartas com ameaças de mortes e a colocação de um placa com nomes de pessoas que iriam morrer<sup>115</sup>. Os litígios judiciais entre os participantes indígenas e não indígenas percorreram o período de 1949 a 2020.

Outros problemas enfrentados pelo povo, o projeto de construção das torres elétricas em 1963, a passagem das linhas de transmissão nas terras indígenas, no sentido norte-sul e numa linha paralela aos limites das Terras Indígenas Pankararu e Entre Serras. Existindo mais uma vez, a invasão, destruição e degradação da natureza e dos recursos naturais no território, causando riscos de emissão de radiação eletromagnética, acidentes provocado no deslocamento de entrada e saída na área, não sendo permitido a utilização daquelas terras pelas atividades agrícolas, e também, a inexistência da aplicabilidade de medidas de compensação na linha paralela, no perímetro e dentro do território indígena devido aos impactos negativos gerados nas terras pelos investimentos das empresas privadas<sup>116</sup>.

A torre de telefonia celular localizada na Serra do Cruzeiro na cidade de Tacaratu, próximo aos limites das aldeias Folha Branca, Brejo dos Padres, Cumbe e Agreste<sup>117</sup>, a causa da sua indagação é de não ter contido consultas prévia e posteriores as comunidades para a sua construção e instalação, existindo mais um desrespeito às normativas de direitos originários, ao território e às legislações nacionais e internacionais. A inundação da Cachoeira Sagrada de Itaparica com a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga na década de 1980, ocasionando no aumento de invasão ao território indígena, por ser próximo às margens do Rio São Francisco, crescendo ainda mais os conflitos fundiários e territoriais entre os indígenas e não indígenas<sup>118</sup>.

---

<sup>114</sup> ALMEIDA, Joanderson Gomes de. Os Impactos do Serviço de Proteção ao Índio (Spi) nas Dinâmicas Internas do Povo Pankararu em Pernambuco. Dissertação. Universidade de Brasília. Faculdade de Direito Programa de Pós-Graduação em Direito. 2022. p. 65-66.

<sup>115</sup> Idem. p. 72-73.

<sup>116</sup> MAPA DE CONFLITOS: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. PE – Tensão entre indígenas da TI Pankararu e posseiros não tem data para acabar. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pe-tensao-entre-indigenas-da-ti-pankararu-e-posseiros-nao-tem-data-para-acabar>. Acesso desde 03 de junho de 2024.

<sup>117</sup> SOCIOAMBIENTAL. FUNAI (Org.). Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu. 2017.

<sup>118</sup> SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Indígenas Pankararu no Sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho. Universidade Federal de Pernambuco. 2020. p. 24-25.

Um das ameaças e desafios no interior das Terras Indígenas, se compreende os riscos de acidentes em torno da BR 375 de Pernambuco, entre a entrada da aldeia Baixa do Lero, passando pelas aldeias Espinheiro e Folha Branca até a chegada do município de Tacaratu, por conta do mau estado de conservação dessa faixa, e do constante tráfego de pessoas e veículos nessa redondeza, sendo sujeita a riscos de acidentes graves.

A instalação do parque eólico na área vizinha ao limite leste da TI Entre Serras, por mais que seja considerada uma fonte de energia limpa, ainda é possível causar danos físicos e mentais, bem como, impactos sociais e ambientais, como o ruído audível, a interferência eletromagnética, o impacto visual das torres e os processos migratórios de pássaros e outros animais da fauna. Além disso, a única forma de acesso a esse local é por um estrada construída pelo interior da TI Entre Serras, permitindo o acesso de forma incontrolada ao território, facilitando a entrada de pessoas estranhas à área, aumentando a sua vulnerabilidade na terra indígena<sup>119</sup>.

Outra ameaça a natureza e também a população em geral, é o lixão a céu aberto instalado pela prefeitura do município de Tacaratu, situado no interior da terra indígena e na área contígua da zona urbana, sendo depositados todos os resíduos sólidos oriundos da cidade de Tacaratu. Este lixão está em desacordo com as normas sanitárias vigente, Lei 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, acarretando riscos para saúde da população indígena e contaminando o ambiente com componentes tóxicos de pilhas, baterias, lâmpadas, equipamentos eletrônicos e outros materiais, além desse transtorno, a população indígena não tem acesso à coleta de lixo regular nas suas aldeias, tornando-se duplamente prejudicada<sup>120</sup>.

## O direito à terra

Os direitos originários, segundo colações de Barbuda, direito preexiste ao próprio Estado de Direito, um direito pré-constituído ao longo de um processo histórico-colonial,

---

<sup>119</sup> SOCIOAMBIENTAL. FUNAI (Org.). Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu. 2017.

<sup>120</sup> SOCIOAMBIENTAL. FUNAI (Org.). Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu. 2017.

sendo reconhecido pela Constituição Federal de 1988, não foi criado por força positiva na ordem jurídica constitucional e institucional, nem condicionado ao cumprimento de quaisquer formalidades burocráticas, sendo regulada pela legislação infraconstitucional, transformando em caráter meramente declaratório<sup>121</sup>.

Abordaremos plausivelmente o direito à terra, estabelecido pelo ordenamento jurídico brasileiro e internacional, pela Carta Magna de 1988, o Decreto nº 1.775/1996, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção de nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Nessas legislações aduz sobre os direitos humanos, os direitos originários e as garantias fundamentais aos povos indígenas, principalmente a identificação, o pertencimento, o reconhecimento, a pluridiversidade e a multiculturalidade étnica e cultural. A proteção, conservação e revitalização da cultura, étnica e social, os costumes, as tradições e rituais, a língua materna, a autodeterminação, organização, administração e estruturação interna nas comunidades indígenas, entre outros direitos.

Na Carta Magna está presente nos dispositivos 231 e 232<sup>122</sup>, descrevendo o reconhecimento da organização social, administrativa, étnica e cultural das comunidades indígenas, as terras tradicionalmente ocupadas pelas populações indígenas, a descrição de tradicionalmente ocupadas, não é somente a moradia e/ou a localidade onde se encontra a comunidade indígena, mais também, o espaço físico e simbólica e a cosmovisão indígena do povo em específico, as atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais e naturais necessários para o bem-estar da população, e a reprodução física e cultural.

Compete à União demarcar, proteger e respeitar a terra indígena e seus bens, a demarcação conjuntamente com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas e o Ministério

---

<sup>121</sup> BARBUDA, Ciro de Lopes e. TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE. Porto Seguro – Bahia, 2021. P. 138.

<sup>122</sup> BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, DF. Presidente da República. p. 124.



da Justiça, com bases nas etapas do processo demarcatório previsto no Decreto 1.775/1996<sup>123</sup>. As características de posse permanente, usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, a indisponibilidade, imprescritibilidade e inalienabilidade das terras indígenas.

O aproveitamento dos recursos hídricos, os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais, podem ser efetivados com a autorização do Congresso Nacional, desde que ouvidas as comunidades afetadas, ficando asseguradas a participação nos resultados da lavra, conforme a lei. Não se aplica os casos de organização de garimpagem e pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis. Nisso complemento com a Lei 14.701/2023, que permite os programas, projetos, atividades e instalações de bases militares, construção de estradas e ferrovias, exploração de recursos naturais e ambientais, independente da consulta às comunidades indígenas<sup>124</sup>, contrariando uma das premissas da Convenção 167 da Organização Internacional do Trabalho, que prevê a consulta prévia, informada e livre as comunidades indígenas<sup>125</sup>.

Veda a remoção dos grupos indígenas de suas terras, com ressalva “ad referendum” do Congresso Nacional, nos casos de catástrofe, epidemia que ponha em risco a população ou no interesse da soberania do País, após a deliberação do Congresso Nacional, garantindo o seu retorno após cessar o risco. Tem os efeitos jurídicos nulos e extintos nos atos que tenham por objeto a ocupação, domínio e a posse das terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais pertencentes nas terras, salvo, o interesse público da União, não gerando a nulidade e a extinção do direito de indenização, ou ações contra a União, ressalvado os casos de benfeitorias derivadas das ocupações de boa fé.

O caput do artigo 232 dispõe sobre a legitimidade processual de ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, podendo conter a intervenção e intermediação do Ministério Público Federal em todos os atos do processo, incluindo a participação da Defensoria Pública nesses processos. Esse artigo contraria a presença da tutela estatal na política indigenista anterior à promulgação da Carta Magna, que tutelava os povos

<sup>123</sup> BRASIL. DECRETO Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996. Brasília, DF. Presidente da República.

<sup>124</sup> BRASIL. LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023. Brasília, DF. Presidente da República.

<sup>125</sup> BRASIL. DECRETO Nº 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Brasília, DF: Presidente da República.

indígenas, principalmente aquelas comunidades que não seguiam os parâmetros de integração, assimilação e miscigenação da sociedade nacional<sup>126</sup>.

As ameaças e os retrocessos legislativos na atualidade sobre os direitos originários, a Lei 14.701/2023, a PEC 48/2023, altera o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, inserindo o marco temporal em 1988<sup>127</sup>, isso quer dizer, que as populações indígenas devem comprovar que estavam nas terras indígenas até esse período ou senão estavam, comprovar a existência de esbulho possessórios das terras indígenas, a PEC 36/2024 modifica o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, permitindo a exploração de qualquer tipo de atividades econômicas, de forma direta e até por arrendamento das terras indígenas<sup>128</sup>, a PEC 59/2023, transfere a competência da União para o Congresso Nacional nos processos de demarcação das comunidades indígenas<sup>129</sup> e a PEC 10/2024, modifica o dispositivo 231 da Constituição Federal de 1988, permitindo os indígenas a produção e comercialização livremente das suas produções, prevendo a União prestar-lhes auxílio técnico na prática de quaisquer atividades florestais, agropecuárias e inclusive monocultura, celebrando contratos de arrendamento e parceria para comercialização desses produtos<sup>130</sup>.

O Projeto de Lei 4039/2024, compreendem as alterações do processo legal de demarcação das terras indígenas e a Lei 14.701/2023, com o objetivo e a finalidade de indenizar, por danos materiais e imateriais os invasores, isto é, os não indígenas proprietário e/ou possuidores de terras indígenas, em casos de processos de retomadas nas áreas territoriais, que ainda não foi finalizado o processo demarcatório, ou melhor dizer, sem suas devidas homologação, regularização e proteção das terras indígenas. Ademais, prevê a suspensão desde do início e/ou na continuação do processo demarcatório, enquanto houver existência e/ou presença das ocupações irregulares nas

---

<sup>126</sup> BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, DF. Presidente da República. p. 124.

<sup>127</sup> SENADO FEDERAL. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2023. Data: 21/09/2023. SF/23537.59785-00. Autoria: Dr. Hiran e outros representantes.

<sup>128</sup> SENADO FEDERAL. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2024. Data: 26/09/2023. SF/24170.09033-47. Autoria: Mecias de Jesus.

<sup>129</sup> SENADO FEDERAL. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2023. Data: 08/11/2023. SF/23435.50547-82. Autoria: Carlos Viana e outros representantes.

<sup>130</sup> SENADO FEDERAL. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2024. Data: 27/03/2023. SF/24704.45710-10. Autoria: Zequinha Marinho e outros representantes.

áreas<sup>131</sup>, e o PL 6050/2023 que designa a liberação da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONG's, compreendendo as condições específicas para realização de pesquisa, lavra e exploração de atividades de recursos minerais, garimpo, hidrocarbonetos, exploração de energia elétrica, e outros recursos naturais e ambientais que possam trazer apenas benefícios aos órgãos públicos e privados em prol dos prejuízos e danos às comunidades indígenas<sup>132</sup>.

Além disso, o PL 6053/2023 inclui disposições do Estatuto do Índio, a Lei 6001/1973, com o garantimento das observância de teor técnicos, os princípios da publicidade e o contraditório nas elaborações dos laudos técnicos nas fases dos processos de demarcação nas terras indígenas, pretendendo a previsão de impedimentos e suspeições de peritos em processos de demarcação. Segundo o teor do projeto de lei, esses limites configuram as regras estabelecidas pelos deveres de imparcialidade, prevalecendo o interesse público sob o privado, a transparência, os códigos de ética nas respectivas áreas de atuação, as normas sobre conflitos de interesses, impedimento e suspeição previstas na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e na Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013<sup>133</sup>.

O Projeto de Lei 709/2023, aprovado na Câmara de Deputados e enviado para aprovação no Senado Federal, altera a legislação 8629/1993, criminalizando participantes das ocupações, invasões de propriedades e as retomadas das terras indígenas, os acusados das invasões a domicílio e/ou esbulho possessório, ficando impedido de acessar os direitos básicos e os benefícios de assistência social, como reforma agrária, minha casa minha vida, inscrever em concursos públicos, entre outros direitos<sup>134</sup>.

E o PL 4183/2023, aprovada pela Câmara de Constituição, Justiça e Cidadania na Câmara dos Deputados, impondo a criação de CNPJ aos movimentos sociais e populares, na aquisição de personalidade jurídica para o regular o funcionamento dos movimentos

---

<sup>131</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL n. 4039/2024. Apresentação: 22/10/2024 10:37:29.123 - Mesa. Autoria: Pedro Lupion.

<sup>132</sup> SENADO FEDERAL. PROJETO DE LEI Nº 6050, DE 2023. CPI DAS ONGS. Data: 14/12/2023. Relator: Marcio Bittar.

<sup>133</sup> SENADO FEDERAL. PROJETO DE LEI Nº 6053, DE 2023. CPI DAS ONGS. Data: 14/12/2023. Relator: Marcio Bittar.

<sup>134</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 709/2023. Data da Apresentação: 28/02/2023. Data do Documento: 19/04/2023. Autoria: Marcos Pollon.

sociais e populares, para fins de criminalização civil e penal<sup>135</sup>. Nos casos de crimes contra a vida e a propriedade praticados em nome ou defesa do movimento, e nos eventos de responsabilização ficará proibida no prazo de cinco anos contratar, ser contratado, utilizar espaços e recursos da administração direta, autárquica e fundacional da União, os entes federativos e os municípios em benefícios próprio ou de terceiros<sup>136</sup>.

Em suma, os projetos de leis e as proposta a emenda à Constituição realizadas pelos políticos, realça os interesses nas terras indígenas e nos recursos naturais e ambientais existentes, alterando e excluindo os direitos humanos, originários e transindividuais das populações indígenas, direitos esses pactuado na ordem constitucional nacional e internacional, em serventia dos objetivos econômicos, políticos e sociais das pessoas e grupos sociais envolvidos nessas propensões.

### **Considerações finais**

Diante o que foi mencionado, mais de 500 anos de resistência dos povos originários após a invasão europeia ao Brasil, todo o processo de colonização à democratização do Estado Democrático de Direito, a promulgação da Constituição Federal de 1988, garantindo direitos e garantias fundamentais a todos os cidadãos, incluindo os povos indígenas. No entanto, mesmo com todo esse reconhecimento, é possível comprovar a existência de várias violações e violências de direitos humanos e originários, além dos conflitos internos e externos em relação aos territórios e as comunidades indígenas.

É possível observar a constante luta pelos direitos humanos, ao direito à terra, a posse da terra e o direito à vida digna, enfrentando obstáculos antes, durante e posterior ao procedimento demarcatório das terras indígenas, destacando os fatores de morosidade,

---

<sup>135</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 4.183/2023. Data da Apresentação: 29/08/2023. Data do Documento: 05/09/2023. Autoria: Coronel Assis.

<sup>136</sup> HAJE, Lara. Comissão aprova exigência de personalidade jurídica para movimento social organizado em mais de três estados. Câmara dos Deputados. Edição - Geórgia Moraes. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

burocratização das fases do processo, as invasões realizada pelos não indígenas no território, o que acaba gerando conflitos e tensões no processo de demarcação, nos momentos de desocupação e retiradas dos agricultores rurais, como foi no caso do Povo Pankararu, no ano de 2017 a 2020, quando sofreram várias ataques e conflitos fundiários após a decisão judicial dando parecer favorável aos direitos originários ao Povo Pankararu, no que diz respeito, a Terra Indígena Pankararu.

Tendo em vista a importância do acesso à terra às comunidades indígenas, o dever de reparação histórica, fornecendo uma vida digna e a aplicação, efetividade e execução dos direitos demarcatórios as terras indígenas, por intermédios da proteção das garantias e dos direitos humanos e originários, à segurança pública e jurídica à terra e a conservação da cultura étnica, a cosmovisão indígena, as tradições e os rituais sagrados as forças encantadas, a ancestralidade e espiritualidade indígena, aos conhecimentos e os ensinamentos ancestrais da etnohistória Pankararu, a revitalização da língua materna e a educação indígena especial, diversificada, inclusiva e diferenciada, sem que haja interferências dos não indígenas.

Diante disso, ressaltamos que os direitos humanos, originários e as garantias fundamentais às comunidades indígenas devem ser protegidos, amparados e resguardados de modo cooperativo, colaborativo e integral pelos órgãos nos âmbitos público e privado, nas esferas federais, estaduais e municipais, bem como, aos poderes executivos, legislativos e judiciários, e a sociedade civil, sendo criada, desenvolvida, ampliada e aprimorada a promoção das programas, as políticas públicas, os projetos e as atividades nos setores políticos, econômicas, sociais, culturais - defendendo a pluridiversidade e a multiculturalidade indígena - e de direitos humanos.

Mencionando às inconstitucionalidades das normas jurídicas e legais, no tocante, às legislações, aos projetos de leis e as propostas a emenda à Constituição pelos representantes do povo, isto é, os políticos, com os objetivos de inviabilizar, excluir e limitar os direitos humanos e originários, em específico, ao direito à terra. Ressaltando a aplicabilidade, efetividade, monitoramento e a execução dos direitos humanos e originários e as garantias fundamentais aos povos indígenas, além da eficiência, agilidade e praticidade no processo de demarcação das terras indígenas - que vem em constante



instabilidade e lentidão processual nos órgãos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, no Ministério de Justiça e na Presidência da República - , fomentando a sua proteção, conservação, segurança pública e jurídica nos territórios.

## Referências

ALMEIDA, Joanderson Gomes de. **Os Impactos do Serviço de Proteção ao Índio (Spi) nas Dinâmicas Internas do Povo Pankararu em Pernambuco**. Dissertação. Universidade de Brasília. Faculdade de Direito Programa de Pós-Graduação em Direito. 2022. p. 83. Disponível em:  
[http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45964/1/2022\\_JoandersonGomesdeAlmeida.pdf](http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45964/1/2022_JoandersonGomesdeAlmeida.pdf)  
. Acesso desde 05 de setembro de 2023.

ARRUTI, José Maurício Andion. **A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco**. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2º ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004, p. 231 - 280. Disponível em:  
[https://drive.google.com/file/d/1tNyDW231adb82ROzS\\_wgDyMj5jfGvfRD/view](https://drive.google.com/file/d/1tNyDW231adb82ROzS_wgDyMj5jfGvfRD/view).  
Acesso desde 12 de janeiro de 2023

ARRUTI, José Maurício Andion. **O Reencantamento do Mundo - Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararú**. 1996. 247 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/15553758/O\\_Reencantamento\\_do\\_Mundo\\_Trama\\_hist%C3%B3rica\\_e\\_Arranjos\\_Territoriais\\_Pankararu\\_Diss\\_de\\_Mestrado\\_UFRJ\\_MN\\_1996](https://www.academia.edu/15553758/O_Reencantamento_do_Mundo_Trama_hist%C3%B3rica_e_Arranjos_Territoriais_Pankararu_Diss_de_Mestrado_UFRJ_MN_1996)  
. Acesso desde 29 de outubro de 2023.

BRANQUINHO, Evanio Santos; OLIVEIRA JÚNIOR, Ângelo José de. **Índios Urbanos: A migração do Povo Pankararu para a cidade de São Paulo: aspectos territoriais e identitários**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, SP, Brasil. Edição de 2021, v. 18, n. 2 (2020), p. 132-151. Disponível em:  
<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/15588/12043>.  
Acesso desde 10 de outubro de 2023.

BARBUDA, Ciro de Lopes e. **TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: SOBREPOSIÇÃO DE**

**TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA.** UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE. Porto Seguro – Bahia, 2021. P. 783. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/774346269/Tese-Doutorado-PPGES-UFSB-2021-Ciro-de-Lopes-e-Barbuda> . Acesso desde 18 de novembro de 2024.

BEZERRA, Deisiane da Silva. **A atuação do Padre Alfredo Dâmaso e suas contribuições para o reconhecimento étnico dos Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo.** Dissertação. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em História. 2018. p. 146. Disponível em. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/1371/DEISIANE%20DA%20SILVA%20BEZERRA%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGH%20CH%202018.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso desde 22 de maio de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Brasília, DF. Presidente da República.

BRASIL. **DECRETO Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996.** Brasília, DF. Presidência da República.

BRASIL. **LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.** Brasília, DF. Presidência da República.

BRASIL. **DECRETO Nº 94.603, DE 14 DE JULHO DE 1987.** Brasília, DF. Presidente da República.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.** Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5). Acesso desde 20 de novembro de 2024.

BRASIL. **LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023.** Brasília, DF. Presidente da República.

BRASIL. **DECRETO DE 19 DE ABRIL DE 2007**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/dnn/dnn11243.htm#:~:text=DECRETO%20DE%2019%20DE%20ABRIL,que%20lhe%20confere%20o%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/dnn/dnn11243.htm#:~:text=DECRETO%20DE%2019%20DE%20ABRIL,que%20lhe%20confere%20o%20art.) Acesso desde 30 de junho de 2024.

BRASIL. **PORTARIA Nº 2.579, DE 21 DE SETEMBRO DE 2004**. FUNAI. Diretoria de Assuntos Fundiários. Sistema de Terras Indígenas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL n. 4039/2024**. Apresentação: 22/10/2024 10:37:29.123 - Mesa. Autoria: Pedro Lupion. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2488383&filename=Tramitacao-PL%204039/2024](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2488383&filename=Tramitacao-PL%204039/2024). Acesso desde 08 de novembro de 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 709/2023**. Data da Apresentação: 28/02/2023. Data do Documento: 19/04/2023. Autoria: Marcos Pollon. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2243302&filename=Ultimo%20Despacho%20-%20PL%20709/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2243302&filename=Ultimo%20Despacho%20-%20PL%20709/2023). Acesso desde 08 de novembro de 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4.183/2023**. Data da Apresentação: 29/08/2023. Data do Documento: 05/09/2023. Autoria: Coronel Assis. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2323060&filename=Ultimo%20Despacho%20-%20PL%204183/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2323060&filename=Ultimo%20Despacho%20-%20PL%204183/2023). Acesso desde 08 de novembro de 2024.

CAMARGO, Pablo Matos. **Povos Indígenas de Minas Gerais**. 2020. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Povos-Indigenas-de-MG-2021.pdf>. Acesso desde 09 de junho de 2024.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúniga. **NEM HERÓIS, NEM VILÕES: O LUGAR DOS DIRETORES DE POVOAÇÕES NAS DINÂMICAS DE TRANSGRESSÃO À LEI DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS (1757-1798)**. Revista de História (São Paulo). 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/n867cZbdTJqrypQTkrGDvwg/#>. Acesso desde 26 de novembro de 2024

**CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Terras Indígenas - Demarcação.**  
Disponível em: <https://cimi.org.br/terras-indigenas/demarcacao/>. Acesso desde 18 de outubro de 2023.

**EDUCAÇÃO. Pankararu.** Disponível em:  
<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/16609/Livro%20PANKARARU.pdf>. Acesso desde 17 de outubro de 2023.

**FUNAI. Processo da FUNAI/BSB/2275/84 de nº 28870.002275/1984-95.**  
Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Acesso desde 07 de novembro de 2023.

**FUNAI. Processo da FUNAI/BSB/0196/2000 de nº 086220.2369/2002.** Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Acesso desde 30 de novembro de 2023.

Google maps. Terra Indígena Pankararu. Disponível em:  
[https://www.google.com/maps/place/T.I.+Pankararu/@-9.1157839,-38.277842,12z/data=!4m6!3m5!1s0x70911b59e8451c5:0xf0a5dd375b72610f!8m2!3d-9.106128!4d-38.189946!16s%2Fg%2F11ncljvywq?entry=tту&g\\_ep=EgoyMDI0MTEyNC4xIKXMDSoASAFQAw%3D%3D](https://www.google.com/maps/place/T.I.+Pankararu/@-9.1157839,-38.277842,12z/data=!4m6!3m5!1s0x70911b59e8451c5:0xf0a5dd375b72610f!8m2!3d-9.106128!4d-38.189946!16s%2Fg%2F11ncljvywq?entry=tту&g_ep=EgoyMDI0MTEyNC4xIKXMDSoASAFQAw%3D%3D). Acesso em 27 de novembro de 2024.

**HAJE, Lara. Comissão aprova exigência de personalidade jurídica para movimento social organizado em mais de três estados. Câmara dos Deputados.** Edição - Geórgia Moraes. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em:  
<https://www.camara.leg.br/noticias/1111051-comissao-aprova-exigencia-de-personalidade-juridica-para-movimento-social-organizado-em-mais-de-tres-estados>. Acesso em 28 de novembro de 2024

**MAPADECONFLITOS. PE – Tensão entre indígenas da TI Pankararu e posseiros não tem data para acabar.** Disponível em:  
<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pe-tensao-entre-indigenas-da-ti-pankararu-e-posseiros-nao-tem-data-para-acabar>. Acesso desde 18 de outubro de 2023.

**MAPA DE CONFLITOS: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. PE – Tensão entre indígenas da TI Pankararu e posseiros não tem data para acabar.** Disponível em:

<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pe-tensao-entre-indigenas-da-ti-pankararu-e-posseiros-nao-tem-data-para-acabar>. Acesso desde 03 de junho de 2024.

OLIVEIRA, João Paulo do Nascimento. **Territórios Indígenas no Brasil: o caso do povo Pankararu**. 59 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26478/1/Jo%C3%A3o%20Paulo%20do%20Nascimento%20Oliveira%20Terrot%C3%B3rios%20ind%C3%ADgenas%20No%20%20brasil%20o%20caso%20da%20reserva%20Pankararu.pdf>. Acesso em 26 de novembro.

OLIVEIRA JÚNIOR, Elvio Juanito Marques de; DEMARCHI, André. **Pankararu do Tocantins: História, Lutas e Identidades de um Povo Esquecido e Sem Terra**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 309-325, jan./jul. 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/44183347/PANKARARU\\_DO\\_TOCANTINS\\_HIST%C3%93RIA\\_LUTAS\\_E\\_IDENTIDADES\\_DE\\_UM\\_POVO\\_ESQUECIDO\\_E\\_SEM\\_TERRA?email\\_work\\_card=title](https://www.academia.edu/44183347/PANKARARU_DO_TOCANTINS_HIST%C3%93RIA_LUTAS_E_IDENTIDADES_DE_UM_POVO_ESQUECIDO_E_SEM_TERRA?email_work_card=title). Acesso desde 09 de junho de 2024.

Pankararu. Secretaria de Educação. Governo do Estado de Pernambuco.

PRANDI, Jair. **Mapa de Pernambuco**. Mapasblog. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Figura 6/12 Disponível em: <https://mapasblog.blogspot.com/2011/11/mapas-de-pernambuco.html>. Acesso em 28 de novembro de 2024.

SANTOS, Juracy Marques dos; et al. **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Pankararu** / Coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Organizadores Juracy Marques dos Santos...[et al]. – Manaus, AM : Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

SENADO FEDERAL. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2023**. Data: 21/09/2023. SF/23537.59785-00. Autoria: Dr. Hiran e outros representantes. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9466052&ts=1730185182963&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.



SENADO FEDERAL. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2024**. Data: 26/09/2023. SF/24170.09033-47. Autoria: Mecias de Jesus. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9813943&ts=1730177455089&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SENADO FEDERAL. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2023**. Data: 08/11/2023. SF/23435.50547-82. Autoria: Carlos Viana e outros representantes. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9501196&ts=1730184350989&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SENADO FEDERAL. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2024**. Data: 27/03/2023. SF/24704.45710-10. Autoria: Zequinha Marinho e outros representantes. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9573391&ts=1730181294392&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SENADO FEDERAL. **PROJETO DE LEI Nº 6050, DE 2023**. CPI DAS ONGS. Data: 14/12/2023. Relator: Marcio Bittar. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9529004&ts=1730183965914&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SENADO FEDERAL. **PROJETO DE LEI Nº 6053, DE 2023**. CPI DAS ONGS. Data: 14/12/2023. Relator: Marcio Bittar. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9529019&ts=1730183969994&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Indígenas Pankararu no Sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho**. Universidade Federal de Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38916#:~:text=Este%20trabalho%20trata%20de%20processos,%20Jatob%C3%A1%20Tacaratu%20no%20estado>. Acessado desde de dezembro de 2022.

SILVA, Joana. **Tacaratu**: serra de muitos cabeços: história do município de Tacaratu: memórias. Recife: Gráfica Alencar, 2014, 180p.

**SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil.** Disponível em:  
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>. Acesso desde 18 de outubro de 2023.

**SOCIOAMBIENTAL. Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu.** Disponível em:  
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/pud00033.pdf>. Acesso desde 17 de outubro de 2023.

**UFPE. Povos Indígenas de Pernambuco.** Disponível em:  
<https://www.ufpe.br/nepe/povos-indigenas>. Acesso desde 18 de outubro de 2023.

## O FEMININO EM LORD ALFRED

### TENNYSON (1809-1892): UMA ANÁLISE DE *THE LADY OF SHALOTT* (1859)<sup>137</sup>

Márcia Maria da Silva Barreiros<sup>138</sup>

Alexandre Bartilotti Machado<sup>139</sup>

João Matheus Silva Guimarães<sup>140</sup>

## RESUMO

O objetivo do presente artigo é realizar uma análise aprofundada do papel e da representação do gênero feminino no poema "The Lady of Shalott" [A Dama de Shalott], escrito por Alfred Tennyson entre 1832 e 1842, mas publicado em 1859. Para alcançar esse propósito, realizamos a tradução completa do poema para o português, disponibilizando-a nos apêndices deste trabalho. Nosso enfoque recai sobre a personagem central, a Dama de Shalott, explorando sua relação com seu contexto histórico, conforme delineado pelo poeta. Nossa análise parte de uma abordagem conceitual que se fundamenta em duas vertentes teóricas importantes: o conceito de "gênero", conforme discutido por Scott (1986), e a noção de "representação", conforme abordada por Chartier (2002). Ao longo deste estudo, examinamos como o poema retrata e problematiza o feminino, inserindo-se em um contexto literário e social que reflete as transformações e conflitos da época vitoriana.

**Palavras-chave:** Tennyson; História; Literatura.

---

<sup>137</sup> Este trabalho é uma versão editada do artigo "A representação do gênero feminino em Lady of Shalott, de Alfred Tennyson" (2021), apresentado no VI Encontro Estadual de Ensino de História da ANPUH-BA.

<sup>138</sup> Professora titular da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Atuou como tradutora do poema em anexo e como coautora do texto "A representação do gênero feminino em Lady of Shalott, de Alfred Tennyson" (2021)

<sup>139</sup> Mestrando em História pelo PPGEAFIN-UNEB. Orientando da Profa. Dra. Márcia Maria da Silva Barreiros. Bolsista CNPQ-CAPES. Atuou como tradutor do poema em anexo e como coautor do texto.

<sup>140</sup> Mestrando em Pedagogia pelo PPGEDUC-UNEB. Bolsista CNPQ-CAPES. Atuou como coautor deste trabalho.

## 1. INTRODUÇÃO

O poeta Lord Alfred Tennyson nasceu em 6 de agosto de 1809, em Somersby. Tennyson era o quarto filho do pároco George Tennyson, descendente do Rei Eduardo III de Windsor, e Elizabeth Fytche, filha também de um pároco com uma personalidade doce, gentil e especialmente sensível, que, provavelmente, foi herdada pelo futuro poeta. A educação de Tennyson era rigorosa, tendo sido ministrada pelo pai e por alguns professores particulares. Conta o próprio Tennyson que ele era obrigado a memorizar as odes do poeta Horácio manhã após manhã até o fim dos quatro livros. O poeta, mais tarde, irá comentar que por causa dessa educação rígida cultivou-se nele um delicado senso de métrica musical, que o fez chamar o romano, carinhosamente, de mestre (PARSONS, 2011).

Mesmo que, por um lado, a formação do laureado poeta tenha sido bastante rígida para os padrões da época, ele também possuía bastante tempo livre, que gastava caminhando pelos bosques e campos. Tennyson possui um bucolismo acentuado: tal bucolismo, claramente, tem uma ligação com a sua infância entre as árvores e os pássaros onde ele se sentia em paz e desde a adolescência ensaiava seus primeiros poemas. Em 1828 ele vai para Cambridge estudar no Trinity College, onde aderiu a uma das sociedades secretas da elite intelectual, os *Cambridge Apostles* [Apóstolos de Cambridge]. Lá, ele conheceu o seu melhor amigo e, mais tarde, a inspiração de seus poemas, o também poeta Arthur Henry Hallam. Em Cambridge, Tennyson recebe seu primeiro prêmio, o *Chancellor's Gold Medal*, aos 20 anos, com o poema *Timbuctoo*, texto inspirado na cidade de Mali, próxima ao Rio Niger, que, na Idade Média, era uma poderosa cidade comercial e que exercia, na mente dos vitorianos, a função próxima a de um El Dorado inglês. O ano de 1833 não foi um dos melhores para o poeta. Na primavera de 1832, George Tennyson morreu, obrigando-o a deixar Cambridge antes de terminar o curso, sendo obrigado a retornar para a paróquia para sustentar sua mãe e irmãos. O seu melhor amigo, Hallam, visitava-o durante o verão e acabou noivando com a sua irmã, Emilia Tennyson. Durante 1833, temos a publicação do famoso poema *The Lady of Shalott* [A Dama de Shalott]. Será nesse mesmo ano que Tennyson receberá a notícia de que seu melhor amigo, Arthur Henry Hallam, faleceu em Viena, durante as

férias, devido a uma hemorragia cerebral que começara inicialmente como um mal-estar acompanhado de febre.

Em 1833, a morte repentina de Hallam, então noivo de Emily, produziu na mente de Alfred uma impressão profunda e indelével. Enquanto meditava sobre sua tristeza, teve a idéia de expressar suas emoções em versos, o que poderia ser um tributo adequado aos mortos. Em épocas diferentes e em circunstâncias muito diversas, foram compostas as notas elegíacas e reflexões poéticas que compõem “In Memoriam”, um poema que representa muitos estados de espírito e experiências. É uma obra que ocupa um lugar de destaque na literatura. Seus méritos e defeitos são peculiares. Não há outra elegia como esta, e pode-se duvidar que um segundo In Memoriam jamais será escrito. Tennyson ergueu um monumento apropriado e imperecível em memória de seu amigo perdido. Ao conferir a imortalidade a seu amado Arthur, ele a conquistou para si mesmo. Sua melhor afirmação sobre o futuro é ser conhecido e lembrado como o autor de “In Memoriam”, sua obra-prima. (PARSONS, 2011, p. 12, tradução nossa)

Após a morte de Hallam, a família de Tennyson é abalada pelas consequências de péssimos investimentos que os levam à pobreza. O poeta mergulha em melancolia nesta época. Tal melancolia, ao que parece, só foi resolvida após a finalização do poema *In Memoriam A. H. H.* (1849), dedicado a Harlam. O poema se torna um dos favoritos da Rainha Vitória e é referenciado por Arthur Conan Doyle. Tennyson é laureado em 1850 pela Rainha Vitória e se casa com a sua amiga de infância Emily Sellwood com quem terá dois filhos Hallam e Lionel Tennyson. Até o fim da sua vida ele continuará produzindo poemas para a corte da Rainha Vitória até finalmente ser nomeado o Primeiro Barão Tennyson de Aldworth. O laureado poeta falece em 1892 aos 83 anos sendo enterrado na Abadia de Westminster, servindo de grande influência aos Pré-Rafaelitas de que fez parte o pintor ítalo-britânico John William Waterhouse que adorava utilizar como inspiração autores como Homero, Ovídio, Shakespeare, Keats e o próprio Tennyson.

Em meio a isto, nosso propósito é examinar a representação do feminino em *The Lady of Shalott*, considerando as particularidades de seu contexto histórico. Para isso, adotaremos os conceitos de “representação” conforme (CHARTIER, 2002) e “gênero” conforme (SCOTT, 1986).

## 2. LORD ALFRED TENNYSON E O ROMANTISMO DE SUA ÉPOCA



*Lady of Shalott* não é a única vez em que vemos Tennyson se utilizando das histórias de cavalaria do Rei Arthur. Em *Idylls of the King* (1859) [Idílios do Rei], Tennyson reconta a lenda do mítico Rei Arthur, de seus cavaleiros, de seu amor por Guinevere, a ascensão e da queda do reino. O ciclo de doze poemas conta diversas histórias que se conectam na tentativa fracassada do lendário líder britânico em estabelecer um reino que pacificaria os homens até este ser morto na feroz batalha de Camlann pelo seu filho-sobrindo Mordred que, por sua vez, também morre assassinado pelo seu pai-tio.

*Lady of Shalott* faz parte desta leva de poemas inspirados nas tradições arthurianas que foram revividas através do ímpeto de vários homens do século XIX durante o Romantismo Inglês: intelectuais da classe média europeia, filhos de camponeses ou artesãos que ascenderam socialmente passaram a olhar para a cultura dos seus pais e a compor textos, a partir delas, que refletissem as formas originais da formação inglesa. “Os artesãos e camponeses decerto ficaram surpresos ao ver suas casas invadidas por homens e mulheres com roupas e pronúncias de classe média, que insistiam para que cantassem canções tradicionais ou contassem velhas estórias” (BURKE, 2010, p. 26). Esse movimento, que contaminou a Europa do século XVIII e meados do XIX, faz parte do que será chamado de Movimento Romântico, ou Romantismo, que terá características próprias em cada país. O nome “Romantismo” aparece inicialmente em um sentido pejorativo no século XVII exprimindo o desprezo do realismo empírico de forte origem inglesa contra as loucuras quixotescas dos espanhóis (CARPEAUX, 2008). Apenas no século XVIII o termo será revisto e ganhará os traços que conhecemos atualmente.

No século XVIII, a palavra perde o sentido pejorativo: o “revival” de Spencer favorece a revalorização do “romanesco”, e o “revival” de Milton acrescenta o termo de “penseroso”, do homem perdido na contemplação da natureza, do céu, do passado, das ruínas. Agora, “romantismo” significa um “état d’âme” melancólico, o do poeta Gray, meditando entre os túmulos de um cemitério de aldeia, o do poeta Cowper, comparando a natureza, obra de Deus, e a cidade, obra do homem (CARPEAUX, 2008, p. LXXXV – LXXXVI).

Será entre Paris e Berlim que o Romantismo começará a criar suas divisões regionais: o francês, revolucionário, iluminista e republicano, e o alemão, medieval e aristocrático com o *Sturm und Drang* [Tempestade e Ímpeto], em que podemos citar o

exemplo de Johann Goethe (1749-1832), escritor do romance epistolar *Die Leiden des jungen Werthers* [O Sofrimento do Jovem Werther] onde temos o *Empfindung* [sentimentalismo], emoção acima da razão, confrontando diretamente os Iluministas, priorizando o mundo dos sonhos, um romantismo da noite se assim o quisermos chamar, destruindo o mundo da iluminação, como diz Carpeaux (CARPEAUX, 2008, p. XCI).

O período do Romantismo é fruto de dois grandes acontecimentos na história da humanidade, ou seja, a Revolução Francesa e suas derivações e a Revolução Industrial. As duas revoluções geraram e provocaram novos processos, desencadeando forças que resultaram na formação da sociedade moderna, moldando em grande parte os seus ideais (sociais). As instituições políticas tradicionais sofreram fortes abalos e as fronteiras entre os povos foram modificadas criando novo equilíbrio entre as nações. O nacionalismo nesse tempo irrompe impetuosamente a cena, arrastando consigo boa parte dos povos europeus em direção as suas aspirações políticas e sociais. [...] As artes recebem os novos elementos gerados em tais circunstâncias, incorporando-os em suas várias formas de expressão, já anteriormente preparados com a revolução intelectual dos séculos XVII e XVIII (FALBEL *apud* GUINSBURG, 2019, p. 24).

A Inglaterra não terá os movimentos revolucionários que chegam ao ponto de um conflito direto e armado como ocorrera com seus vizinhos alemães e franceses. Em seus escritos, no entanto, os ingleses se voltaram às classes desfavorecidas como o poema de William Blake, *The Little Black Boy* [O Pequeno Garoto Negro], publicado em 1789, onde o poder da voz reside em um garoto negro, escravizado, em uma época onde o movimento abolicionista ainda era fraco e pouco estruturado e assistia apreensivos aos acontecimentos políticos na França.

Os britânicos também produziram o jovem John Keats que se ligou a temas como o desejo pela morte, felicidade e infelicidade no amor, beleza na natureza e na arte; o satânico e egocêntrico George Byron, o Lord Byron, que defenderá a independência da Grécia, bem como sua amiga Mary Shelley, que será reconhecida pelo horror gótico no grotesco monstro do estudante e cientista Victor Frankenstein. William Wordsworth e Samuel Coleridge irão se refugiar da nova ordem social burguesa que se forma no contemporâneo dentro do campesinato que para Wordsworth seria a expressão do ser mais humanizado, longe de todo o capital e barulho da cidade industrial que enriqueceria as histórias de Charles Dickens e próximo da natureza em harmonia enquanto para Coleridge, o passado se torna místico e encantado, cheio de imaginação e mistério. Não

é de se surpreender que ambos lançaram o romantismo inglês em 1798 com a publicação das *Lyrical Ballads* [Baladas Líricas] que surge com a proposta ousada de desafiar o que ambos consideravam pedantes.

Foi publicado, como um experimento que, eu esperava, pode ser de alguma utilidade para determinar, até que ponto, pelo ajuste ao sistema métrico arranjo uma seleção da linguagem real dos homens em um estado de sensação vívida, esse tipo de prazer e essa quantidade de prazer pode ser transmitido, que um Poeta pode racionalmente se esforçar para transmitir (WORDSWORTH, 1802, p.171, tradução nossa).

Wordsworth e Coleridge são o melhor exemplo da noção idealizada do camponês dito pelo filósofo e matemático inglês Bertrand Russell em seu livro *História do Pensamento Ocidental*.

Daí surge a noção idealizada do pobre camponês, que arranca do seu pedaço de terra um viver miserável, mas que é recompensado por ser livre e não corrompido pela civilização urbana. Atribuía-se uma virtude especial ao fato de estar perto da natureza. A espécie de pobreza aprovada era essencialmente rural (RUSSELL, 2013, p. 359).

Esses são os antecessores de Tennyson e será o prematuro Keats sua maior fonte de inspiração. A Dama de Shalott é uma das mais lembradas baladas ou poemas escritos pelo britânico onde há uma inspiração direta de Arthur e seus cavaleiros da Távola Redonda.

### **3. LADY OF SHALOTT: ANALISANDO A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NO POEMA DE TENNYSON**

No quesito formal, o poema se trata de uma balada vitoriana: para este poema específico, Tennyson optou por rimar os três primeiros versos entre si, bem como os três últimos versos de cada estrofe entre si; o refrão se encontra no quarto e no oitavo verso de cada estrofe, ligando a ideia da Dama de Shalott ao cavaleiro Lancelot e à cidade fictícia de Camelot.

O enredo é curto, simples, porém interessante para se observar como Tennyson representa os aspectos do imaginário popular na transição da Antiguidade ao Medievo. No poema, uma jovem, a Dama de Shalott, vive presa numa torre cercada por uma ilha

e lhe é dito que uma maldição cairia sobre ela caso olhasse diretamente para fora do seu claustro por isso a enclausurada observa o mundo através de um espelho mágico.

#### Parte I

De ambos os lados do rio se estendem Longos campos de cevada e de centeio  
Que cobrem a terra e se erguem ao céu; E através dos campos a estrada vai  
Para a multitorreada Camelot;

E para cima e para baixo as pessoas vão, Olhando para onde os lírios florescem,  
Lá embaixo ao redor de uma ilha,

A ilha de Shalott (APÊNDICE 1).

Aqui nós temos a apresentação do poema e do local onde irá ocorrer o enredo da história. Temos também o estabelecimento de uma dualidade: de um lado está Camelot, movimentada pelo vai e vem e modificada com suas torres pelos moradores da cidade mítica do imaginário ao redor do medievo enquanto; do outro lado, “olhando para onde os lírios florescem”, está a ilha da nossa protagonista.

Salgueiros embranquecem,  
álamos tremem, Pequenas  
brisas tremulam ao ocaso,  
Através das vagas que correm  
para sempre, Pela ilha no rio,

Fluindo para Camelot.

Quatro paredes cinzas e quatro torres  
cinzas Olhando de cima um espaço  
florido,

E, dentro dos caramanchões da silenciosa ilha,

A dama de Shalott (APÊNDICE 1).

A ilha está longe da cidade. Há muito mais de “natureza” do que de “homem” na paisagem onde a Dama vive. A única coisa que foge do natural são as torres onde a protagonista vive. Vale aqui nos lembrarmos do simbolismo das torres.

Lugar dos cativeiros, a torre significa a autoridade exercida indevidamente, como bem o sabem as heroínas das canções de fiar. [...] Polivalência das clausuras do espaço feudal: prêmios de batalhas, elas servem igualmente a situações de ordem privada, no exercício das proibições proferidas pela autoridade; no *Lai du laostic*, a parede se torna o emblema das proibições institucionais e sociais, no limite do verossímil (BOHLER, 2009. p. 324).

A Dama surge como linda, misteriosa, pura, mas, acima de tudo ela é nos apresentada como uma personagem inalcançável. Ela é a heroína das lendas de cavalaria e do amor cortês representada nas linhas de Tennyson mesmo que termine em uma tragédia algo que os românticos tinham muito apreço desde suas origens como Goethe e seu jovem Werther.

Na margem encoberta por salgueiros,  
Deslizam as barcaças pesadas seguidas  
Por cavalos lentos; e despercebida  
A chalota navegava como seda,

Deslizando para Camelot:

Mas quem a viu acenar com a mão?  
Ou ao batente da janela de pé?  
Ou ela é conhecida em toda a terra,  
A dama de Shalott?

Somente ceifadores, colhendo cedo  
Entre a cevada madura,  
Ouvem uma música que ecoa alegremente  
Do rio girando claramente

Para a torreada Camelot:

E à Lua o ceifador exausto,  
Empilhando sacas no arejado terreno elevado  
Ouve sussurros “É a fada,

Dama de Shalott” (APÊNDICE 1).

Na primeira estrofe temos o reforço da solidão da jovem. A cidade de Camelot e seu campo estão em movimento, mas ela se encontra parada, solitária e distante de todos. Na segunda estrofe, vemos a dama de Shalott sendo comparada a uma fada quando a mesma se põe a cantar, o que a leva a ser ouvida pelos agricultores da região.

Parte II

Lá ela tece dia e noite

Uma rede mágica de cores alegres.



Ela ouviu um sussurro dizer:

Uma maldição cairá sobre ela

Se ela olhar na direção de Camelot.

Ela não sabe qual pode ser a maldição,

E então ela tece firmemente,

E nenhum outro pequeno cuidado ela tem,

A dama de Shalott.

E se movendo através de um espelho claro,

Pendurado em frente a ela todo o ano,

Sombras do mundo aparecem.

Ali ela vê a estrada próxima,

Serpenteando para Camelot:

Lá gira o redemoinho do rio

E acolá os camponeses grosseiros de cabelos cacheados

E as capas vermelhas das garotas do mercado

Passam adiante de Shalott (APÊNDICE 1).

Na primeira parte do poema, o foco está em demonstrar o ambiente medieval em que se passará a história. Uma cidade-fortaleza ao longe, campos de trigo e centeio, cavaleiros com suas armaduras a trotar em seus cavalos e camponeses trabalhando nos imensos campos. Eis a representação de Tennyson de uma paisagem medieval.

Na segunda parte, já adentramos na vida da Dama de Shalott que mal sabe qual é a sua maldição, mas compreende o aquilo que lhe trará seu infortúnio. A protagonista passa seus dias tecendo. O ato de tecer é muito presente em toda a história. As sombras do mundo que ela vê através do espelho refletem o mundo que há fora da torre. “A clausura aparece, portanto, como uma barreira ao ideal de sociabilidade, à livre circulação dos bens e dos seres, em particular à liberdade de comer junto” (BOHLER, 2009, p. 317).

Às vezes um grupo de donzelas contentes,

Um abade num bamboleante coxim,

Às vezes um jovem pastor de cabelos cacheados,

Ou um mensageiro vestido em carmesim, de cabelos longos,

Vão para a torreada Camelot;  
E algumas vezes, através do espelho melancólico,  
Os cavaleiros vem cavalgando de dois em dois:  
Ela não tem nenhum cavaleiro honesto e verdadeiro,  
A dama de Shalott.  
Mas em sua rede ela ainda se delicia  
Em tecer as visões mágicas do espelho,  
Muitas vezes, através das noites silenciosas,  
E música, foi a Camelot:  
Ou quando a lua está alta  
Vieram dois jovens amantes recém-casados:  
“Estou meio cansada de sombras”, disse  
A dama de Shalott (APÊNDICE 1).

Mesmo vivendo uma situação de clausura, não há desespero ou ansiedade na Dama de Shalott. Pelo contrário, há uma certa satisfação em tecer seu longo tapete assistindo o mundo passar pelo espelho. Porém, depois de assistir um casal apaixonado, ela demonstra descontentamento pela primeira vez, provavelmente por nunca ter se apaixonado.

Parte III  
Um tiro de arco da beirada do caramanchão,  
Ele cavalgou no meio das sacas de cevada,  
O sol brilhava através das folhas,  
E lançava chamas sobre as grevas incandescentes  
Do corajoso Sir Lancelot.  
Um cavaleiro da Cruz Vermelha para sempre ajoelhado  
À dama em seu escudo,  
Que cintila no campo amarelo,  
Ao lado da remota Shalott.  
  
A rédea incrustada de jóias brilhava, livre,  
Como um ramo de estrelas que vemos

Pendurado na galáxia dourada

Os sinos das rédeas tocavam alegremente

Enquanto ele cavalgava para Camelot:

E, suspensa pelo cinto com um brasão,

Uma poderosa corneta prateada pendurada,

E, enquanto cavalgava, sua armadura tilintava,

Ao lado da remota Shalott (APÊNDICE 1).

Temos pela primeira vez o aparecimento do cavaleiro Lancelot. A natureza responde a Lancelot. Onde ele passa o ambiente reage ao seu redor. O cavaleiro da Távola carrega os símbolos da cavalaria: a armadura, as armas e o escudo e, principalmente, o símbolo da cruz, objetos estes que, entendidos dentro da perspectiva da cavalaria medieval, significam coragem, lealdade e submissão à Igreja.

Tudo no clima azul sem nuvens

Como jóia espessa fez brilhar a sela de couro,

O elmo e a pluma do elmo,

Ardentes como uma única chama,

Enquanto ele cavalgava para Camelot.

Muitas vezes, através da noite roxa,

Abaixo dos brilhantes aglomerados estrelados,

A rebarba de um meteoro, deixando luz atrás de si,

Se move sobre a silenciosa Shalott.

Sua larga e clara fronte à luz do sol brilhava;

Em cascos polidos seu cavalo de guerra andava;

Por baixo de seu elmo tremulavam

Seus cachos pretos como carvão porquanto montava,

Enquanto cavalgava para Camelot.

Da escarpa e do rio,

Ele cintilou no espelho de cristal:

“Tirra lirra” pelo rio

Cantou Sir Lancelot.

Ela deixou a rede, ela deixou o tear,  
Ela deu três passos pelo quarto,  
Ela viu o lírio aquático florescer,  
Ela viu o elmo e a pluma,  
Ela olhou para Camelot.  
Para fora voou a rede e flutuou na imensidão;  
O espelho se quebrou de lado a lado;  
“A maldição está sobre mim”, gritou  
A dama de Shalott (APÊNDICE 1).

É nesse momento, de repente, em um lance de olhar desprezioso e inocente, nossa protagonista é tomada rapidamente pelo amor. “Se lhe tivesse sido possível” diz a Emma Bovary, de Flaubert, “depositar sua vida em algum grande coração sólido, então, confundindo-se a virtude com a ternura, as volúpias e o dever.”. A maldição acerta a dama de Shalott como um relâmpago no momento em que ela olha para o cavaleiro Lancelot do alto de sua torre. E eis a segunda vez que escutamos a voz da Dama de Shalott que deve ter tido uma mistura de sentimentos com o fim trágico que se aproxima dela.

A paixão passa a ser unicamente energia; provoca o choque elétrico do ser, que preludia o amor. Este, a um só tempo vínculo entre dois indivíduos e penetração conjunta no seio de uma esfera mágica, assegura a passagem da ordem natural à ordem poética. É um sentimento que implica tal afinidade espiritual que cada um dos dois parceiros adquire a certeza da eternidade do acordo (CORBIN, 2009, p. 485).

A uma nova maneira de amar no século do autor. A filha de Eva ainda carrega o medo e os olhares desconfiados, porém o ato de amar a modifica. Shakespeare escreve os apaixonados Romeu e Julieta que mal completa sete dias como uma maneira de alertar os jovens dos perigos dessa energia, uma espécie de resposta estoica as paixões. Em Tennyson, temos o inverso: há um engrandecimento do amor romântico onde cabe a mulher provocar essa turbulência e afetar a rotina do homem. O amor romântico muda a maneira de se comportar. O olhar se torna muito mais persuasivo e a vergonha se exacerba substituindo a razão lógica dos iluministas pelo “irresistível impulso para o ideal” (CORBIN, 2009, p. 487).

Parte IV

Se esforçando no tempestuoso vento leste,

O pálido bosque amarelo minguava,

O amplo fluxo em sua margem se lamentava;

Baixo e pesado, o céu chovia,

Sobre a torreada Camelot.

À terra ela veio e encontrou um barco

Flutuando ao pé de um salgueiro

E, ao redor da proa, ela escreveu,

*A Dama de Shalott.*

E descendo a extensa escuridão do rio,

Como um ousado vidente em transe,

Vendo todo seu próprio infortúnio – Com olhar vítreo

Ela olhou para Camelot.

E no final do dia

Ela libertou as correntes e se deitou

E a corrente a levou para muito longe,

A dama de Shalott (APÊNDICE 1).

Assim como a natureza se regozija no início do poema. Nesse momento, quase anunciando o fim da protagonista, temos outra paisagem: a natureza se torna selvagem, anunciando os sentimentos da personagem que aceita seu fim, mas é tomada pelo desejo de encontrar o seu cavaleiro.

A demonstração do poema dos aspectos melancólicos do amor e do estado espiritual de sofrendo por amor, fascinou os Pré-Rafaelitas. O poema tratou do tema popular de amor não correspondido, e a Senhora de Shalott exemplificou a mulher inatingível, a amaldiçoada mulher, e a mulher sacrificando tudo por um amor condenado. Artistas como Hunt, Waterhouse e Shaw enfatizaram esses temas ilustrando as cenas mais trágicas do poema (SIULI, 2017, p. 6, tradução nossa).

A Dama é retratada de maneira sensual pelos seus pintores. O balançar dos cabelos, as formas do corpo, as poses e até mesmo sua pele nos faz refletir que há uma sensualidade na personagem, uma sensualidade misturada com uma virgindade.

Deitada, vestido branco-neve

Que livremente voava para a esquerda e a direita –

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discntis/index>  
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522



As folhas caindo sobre ela, claras,  
Através dos sons da noite,  
Ela flutuou para Camelot:  
E, enquanto a proa do barco atravessava  
Por entre colinas de salgueiros e os campos,  
Eles a ouviram cantar sua última canção,  
A dama de Shalott.  
Ouviram uma canção fúnebre, sagrada,  
Cantada alto, cantado baixo,  
Até que seu sangue se gelou lentamente  
E seus olhos, escurecendo totalmente,  
Voltaram-se à torreada Camelot.  
Antes que ela alcançasse  
A primeira casa na margem,  
Cantando sua canção ela morreu,

A dama de Shalott (APÊNDICE 1)

A música, mesmo que não ouvida, tem bastante poder em *Lady of Shalott*. Inicialmente como uma canção de fiar que as mulheres usaram durante séculos como passatempo, agora ela ressurge com a força de um réquiem, anunciando a morte da protagonista.

Sob a torre e o alpendre,  
Pela parede do jardim e pela galeria,  
Como uma forma brilhante ela flutuava,  
Uma palidez mortuária entre as casas altas,  
Silêncio dentro de Camelot.  
Sobre o cais eles vieram,  
Cavaleiro e burguês, lorde e dama,  
E ao redor da proa eles leram seu nome,  
*A dama de Shalott*  
Quem é essa? Que está aqui?  
E no iluminado palácio próximo  
Morreu o som do cortejo real.

E eles se benzeram por medo,  
Todos os cavaleiros de Camelot.  
Mas Lancelot pediu um pequeno espaço  
Ele disse “Ela tem uma face amável;  
Deus, em sua misericórdia, emprestou sua graça  
À dama de Shalott” (APÊNDICE 1).

A Dama de Shalott falece de maneira similar à Branca de Neve, preservada e intacta, simbolizando a mulher perfeita com a sua “face amável”.

O poema, como pode ser visto, caminha dentro de uma pequena tensão sexual que é bem captada pelos seus artistas futuros.

Embora as atitudes vitorianas em relação às mulheres fossem altamente complexas, a diferença mais marcante entre as representações dos artistas masculinos da Dama de Shalott e as representações das artistas femininas ocorreu nas atitudes dos artistas em relação à Dama como mulher. Os artistas masculinos destacaram a posição da Dama como objeto de desejo, retratando-a como uma mulher idealizada e sensual: bela, misteriosa, pura e, acima de tudo, inatingível. Essas características da Dama contribuíram para sua atratividade suprema, que foi enfatizada em ilustrações de artistas como Meteyard, Hunt e Rossetti. (SIULI, 2017, p. 6, tradução nossa)

O período que Tennyson escreve é onde temos os primeiros rebuliços dos movimentos feministas como Mary Wollstonecraft que escreveu em 1792 *A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects* [Uma Vindicação dos Direitos da Mulher: com Restrições sobre Assuntos Políticos e Morais] onde defendia a educação das mulheres se opondo a teorias educacionais do século XVIII e que homens e mulheres são iguais e o próprio Tennyson, na década de 40, teria dito pelo seu biógrafo, Hallam Tennyson, (2005, p. 206, tradução nossa): “As duas grandes questões sociais iminentes na Inglaterra eram ‘a educação dos pobres antes de torná-los nossos mestres e a educação superior da mulher’”. Em 1847 publicou o poema *The Princess: Medley* inspirando-se na sua esposa e como uma resposta à fundação do *Queen’s College*, primeira universidade britânica para mulheres.

O enredo conta a história de uma princesa que abdica do mundo dos homens e funda uma universidade para mulheres onde os homens não podem entrar. O príncipe que ela era prometida se disfarça de mulher com seus amigos. Eles são descobertos e

fogem, mas eventualmente eles lutam pela mão da princesa terminando por se ferirem, mas uma enfermeira os salva e eventualmente a princesa dá sua mão ao príncipe.

Um poema com uma premissa simples, porém carregado da estética de um período e das vozes e lendas da cultura tradicional inglesa que foram revividas por poetas comprometidos a resgatá-las. Em *Lady of Shalott*, o feminino da Idade Média ganha, por meio de Tennyson, novos traços; traços de uma mulher que se compromete a amar independente das consequências representando a nova maneira de amar que o período pós-1789 permitiu, quebrando não apenas convenções sociais, mas, em algum nível convenções morais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alfred Tennyson e sua obra, infelizmente, acabaram não tendo a sua devida importância no Brasil. Na Inglaterra, lembrado como um Machado de Assis anglófono, ganhou ao passar dos anos maior reconhecimento nos píncos dos pré-rafaelitas lembrado como um expoente da poesia inglesa aludido no romance de Oscar Wilde, *O Retrato de Dorian Gray*. Alguns séculos à frente, é possível notá-lo sendo referenciado no filme *V de Vingança* na galeria do anti-herói revolucionário.

Um poema com uma premissa simples, porém carregado da estética de um período e das vozes e lendas da cultura tradicional inglesa que foram revividas por poetas comprometidos a resgatá-las. Em *Lady of Shalott*, o feminino da Idade Média ganha, por meio de Tennyson, novos traços; traços de uma mulher que se compromete a amar independente das consequências representando a nova maneira de amar que o período pós-1789 permitiu, quebrando não apenas convenções sociais, mas, em algum nível convenções morais onde amar se torna um ato de liberdade.

#### FONTES

Lord Tennyson, Alfred. *Lady of Shalott*. In: \_\_\_\_\_. **The Complete Works of Lord Alfred Tennyson**, v. II. New York: Frederick A. Stokes Company, 1981. p. 23-25.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillipe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada: Da Europa Feudal à Renascença**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

BARREIROS, Márcia Maria. Representações Femininas na Idade Média: O Olhar de Georges Duby. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.21, p.37-50, jul./dez. 1999.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Média**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Pensamento, 1989.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Brasília: Senado Federal, 2008.

GUINSBURG, Jacob (org.). **O Romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

PARSONS, Eugene. **Poems of Alfred Lord Tennyson**. Nova York: Thomas Y. Crowell Company, 2011.

RUSSELL, Bertrand. **História do Pensamento Ocidental: Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

SIULI, Shantanu. **Conveying the Female Death and The Lady of Shalott: A detailed case study of Browning's The Lady of Shalott**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/322355551\\_Literary\\_Herald\\_Conveying\\_the\\_Female\\_Death\\_and\\_The\\_Lady\\_of\\_Shalott\\_A\\_detailed\\_case\\_study\\_of\\_Browning%27s\\_The\\_Lady\\_of\\_Shalott](https://www.researchgate.net/publication/322355551_Literary_Herald_Conveying_the_Female_Death_and_The_Lady_of_Shalott_A_detailed_case_study_of_Browning%27s_The_Lady_of_Shalott). Acesso em: 21 de outubro de 2021.

TENNYSON, Hallam. **Alfred Lord Tennyson: A Memoir by His Son**. Montana: Kessinger Publishing, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Lembranças de 1848**: As jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo: Penguin-Companhia, 2011.

WORDSWORTH, William; COLERRIDGE, Samuel Taylor. **Lyrical Ballads**. [S.I.]. Disponível em:  
<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4648599/mod\\_resource/content/1/WORDSWORTH%20AND%20COLERIDGE%20%20LYRICAL%20BALLADS%201798%20AND%201800.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4648599/mod_resource/content/1/WORDSWORTH%20AND%20COLERIDGE%20%20LYRICAL%20BALLADS%201798%20AND%201800.pdf)>. Acesso em: 21 de out. de 2021.



## APÊNDICE 1 – TRADUÇÃO DE “LADY OF SHALOTT”

### A dama de Shalott

#### Parte I

De ambos os lados do rio se estendem  
Longos campos de cevada e de centeio  
Que cobrem a terra e se erguem ao céu;  
E através dos campos a estrada vai  
Para a multitorreada Camelot;  
E para cima e para baixo as pessoas vão,  
Olhando para onde os lírios florescem,  
Lá embaixo ao redor de uma ilha,  
A ilha de Shalott.

Salgueiros embranquecem, álamos tremem,  
Pequenas brisas tremulam ao ocaso,  
Através das vagas que correm para sempre,  
Através da ilha no rio  
Que flui para Camelot.

Quatro paredes cinzas e quatro torres cinzas  
Olham de cima um espaço florido,  
E, dentro dos caramanchões da silenciosa ilha,  
Eis a dama de Shalott.

Na margem encoberta por salgueiros,  
Deslizam as barças pesadas seguidas  
Por cavalos lentos; e despercebida  
A chalota navegava como seda,  
Deslizando para Camelot:

Mas quem a viu acenar com a mão?

Ou ao batente da janela de pé?  
Ou ela é conhecida em toda a terra,  
A dama de Shalott?

Somente ceifadores, colhendo cedo  
Entre a cevada madura,  
Ouvem uma música que ecoa alegremente,  
Do rio girando claramente  
Para a torreada Camelot:  
E à lua o ceifador exausto,  
Empilhando sacas no arejado terreno elevado  
Ouve sussurros, “É a fada,  
Dama de Shalott”.

## Parte II

Lá ela tece dia e noite

Uma rede mágica de cores alegres.

Ela ouviu um sussurro dizer:

Uma maldição cairá sobre ela

Se ela olhar na direção de Camelot.

Ela não sabe qual pode ser a maldição,

E então ela tece firmemente,

E nenhum outro pequeno cuidado ela tem,

A dama de Shalott.

E se movendo através de um espelho claro,

Pendurado em frente a ela todo o ano,

Sombras do mundo aparecem.

Ali ela vê a estrada próxima,

Serpenteando para Camelot:

Lá gira o redemoinho do rio

E acolá os camponeses grosseiros de cabelos cacheados

E as capas vermelhas das garotas do mercado

Passam adiante de Shalott.

Às vezes um grupo de donzelas contentes,

Um abade num bamboleante coxim,

Às vezes um jovem pastor de cabelos cacheados,

Ou um mensageiro vestido em carmesim, de cabelos longos,

Vão para a torreada Camelot;

E algumas vezes, através do espelho melancólico,

Os cavaleiros vêm cavalgando de dois em dois:

Ela não tem nenhum cavaleiro honesto e verdadeiro,

A dama de Shalott.

Mas em sua rede ela ainda se delicia  
Em tecer as visões mágicas do espelho;  
Muitas vezes, através das noites silenciosas,  
Um funeral, com plumas e luzes  
E música foi a Camelot:  
Ou quando a lua está alta  
Vieram dois jovens amantes recém-casados:  
“Estou meio cansada de sombras”, disse  
A dama de Shalott.

### Parte III

Um tiro de arco da beirada do caramanchão,  
Ele cavalgou no meio das sacas de cevada,  
O sol brilhava através das folhas  
E lançava chamas sobre as grevas incandescentes

Do corajoso Sir Lancelot.

Um cavaleiro da Cruz Vermelha para sempre ajoelhado  
À dama em seu escudo,  
Que cintila no campo amarelo,  
Ao lado da remota Shalott.

A rédea incrustada de jóias brilhava, livre,  
Como um ramo de estrelas que vemos  
Pendurado na galáxia dourada  
Os sinos das rédeas tocavam alegremente

Enquanto ele cavalgava para Camelot:

E, suspensa pelo cinto com um brasão,  
Uma poderosa corneta prateada pendurada,  
E, enquanto cavalgava, sua armadura tilintava,  
Ao lado da remota Shalott.

Tudo no clima azul sem nuvens  
Como jóia espessa fez brilhar a sela de couro,  
O elmo e a pluma do elmo,  
Ardentes como uma única chama,

Enquanto ele cavalgava para Camelot.

Muitas vezes, através da noite roxa,  
Abaixo dos brilhantes aglomerados estrelados,  
A rebarba de um meteoro, deixando luz atrás de si,  
Se move sobre a silenciosa Shalott.



Sua larga e clara fronte à luz do sol brilhava;  
Em cascos polidos seu cavalo de guerra andava;  
Por baixo de seu elmo tremulavam  
Seus cachos pretos como carvão porquanto montava,  
Enquanto cavalgava para Camelot.  
Da escarpa e do rio,  
Ele cintilou no espelho de cristal:  
“Tirra lirra” pelo rio  
Cantou Sir Lancelot.

Ela deixou a rede, ela deixou o tear,  
Ela deu três passos pelo quarto,  
Ela viu o lírio aquático florescer,  
Ela viu o elmo e a pluma,  
Ela olhou para Camelot.  
Para fora voou a rede e flutuou na imensidão;  
O espelho se quebrou de lado a lado;  
“A maldição está sobre mim”, gritou  
A dama de Shalott.

#### Parte IV

Se esforçando no tempestuoso vento leste,  
O pálido bosque amarelo mingua,  
O amplo fluxo em sua margem se lamentava;  
Baixo e pesado, o céu chovia,  
Sobre a torreada Camelot.

À terra ela veio e encontrou um barco  
Flutuando ao pé de um salgueiro  
E, ao redor da proa, ela escreveu,  
*A Dama de Shalott.*

E descendo a extensa escuridão do rio,  
Como um ousado vidente em transe,  
Vendo todo seu próprio infortúnio –  
Com olhar vítreo,  
Ela olhou para Camelot.

E no final do dia,  
Ela libertou as correntes e se deitou  
E a corrente a levou para muito longe,  
A dama de Shalott.

Deitada, vestido branco-neve,  
Que livremente voava para a esquerda e a direita –  
As folhas caindo sobre ela, claras,  
Através dos sons da noite,  
Ela flutuou para Camelot:

E, enquanto a proa do barco atravessava  
Por entre colinas de salgueiros e os campos,  
Eles a ouviram cantar sua última canção,  
A dama de Shalott.

Ouviram uma canção fúnebre, sagrada,  
Cantada alto, cantada baixo,  
Até que seu sangue se gelou lentamente  
E seus olhos, escurecendo totalmente,  
Voltaram-se à torreada Camelot.

Antes que ela alcançasse  
A primeira casa na margem,  
Cantando sua canção ela morreu,  
A dama de Shalott.

Sob a torre e o alpendre,  
Pela parede do jardim e pela galeria,  
Como uma forma brilhante ela flutuava,  
Uma palidez mortuária entre as casas altas,  
Silêncio dentro de Camelot.  
Sobre o cais eles vieram,  
Cavaleiro e burguês, lorde e dama,  
E ao redor da proa eles leram seu nome,  
*A dama de Shalott*

Quem é essa? Que está aqui?  
E no iluminado palácio próximo  
Morreu o som do cortejo real.  
E eles se benzeram por medo,  
Todos os cavaleiros de Camelot.  
Mas Lancelot pediu um pequeno espaço  
Ele disse “Ela tem uma face amável;  
Deus, por misericórdia, emprestou sua graça  
À dama de Shalott”.



**UNEB**  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA

**DCHT - XVI**  
Departamento de Ciências  
Humanas e Tecnologias - Irecê